

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CAROLINE GARCIA BERAJA

***Kibutzim* na região da Palestina e economia solidária no Brasil:**
uma análise comparativa da constituição de ambos os fenômenos

***Kibbutzim* in the Palestine region and solidarity economy in Brazil:**
a comparative analysis of the constitution of both phenomena

São Paulo

2025

CAROLINE GARCIA BERAJA

***Kibutzim* na região da Palestina e economia solidária no Brasil:**
uma análise comparativa da constituição de ambos os fenômenos

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Econômica

Orientador: Prof. Carlos de Almeida Toledo

São Paulo

2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B483k Beraja, Caroline Garcia
 Kibutzim na região da Palestina e economia
 solidária no Brasil: uma análise comparativa da
 constituição de ambos os fenômenos / Caroline Garcia
 Beraja; orientador Carlos de Almeida Toledo - São
 Paulo, 2025.
 66 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Cooperativismo. 2. Kibutz. 3. Coletivismo. 4.
Economia solidária. 5. Comunidades. I. Toledo, Carlos
de Almeida, orient. II. Título.

BERAJA, Caroline Garcia. ***Kibutzim*** na região da Palestina e economia solidária no **Brasil**: uma análise comparativa da constituição de ambos os fenômenos. Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho à minha família, que
sempre me apoiou com complacência,
divertimento e muito amor.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Carlos de Almeida Toledo, pela paciência e compreensão ao longo de uma jornada difícil.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso e experiências para além da sala de aula.

*“A educação é o ponto em que decidimos se
amamos o mundo o bastante para
assumirmos a responsabilidade por ele.”*

Hannah Arendt

RESUMO

BERAJA, Caroline Garcia. ***Kibutzim* na região da Palestina e economia solidária no Brasil:** uma análise comparativa da constituição de ambos os fenômenos. Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

A análise comparativa entre os modelos de economia solidária no Brasil e os *kibutzim* na região da Palestina revela a complexidade e a diversidade das práticas de economia cooperativa em diferentes contextos históricos e sociais. A partir dos conceitos de territorialidade e esferas pública e privada, além da verificação de diferentes economias alternativas, o estudo visa compreender quais aspectos do Brasil e do território que viria a se tornar Israel impulsionaram economias alternativas de formas diferentes em cada local. A pesquisa, fundamentada em uma abordagem qualitativa, analisa as raízes estruturais de ambos os Estados, os impactos destas nos formatos cooperativistas que se dão em diferentes contextos e as motivações daqueles que constituíram as economias alternativas em cada local. O trabalho percorre a história da região da Palestina e do Brasil, ressaltando os elementos que construíram a economia nacional e alternativa em cada um dos contextos.

Palavras chave: Economia solidária, *kibutz*, coletivismo, cooperativismo.

ABSTRACT

BERAJA, Caroline Garcia. ***Kibbutzim* in the Palestine region and solidarity economy in Brazil**: a comparative analysis of the constitution of both phenomena. Integrated Graduation Work presented at the Faculty of Philosophy, Literature and Human Sciences of the University of São Paulo to obtain the degree of Bachelor in Geography.

The comparative analysis between the models of solidarity economy in Brazil and the *kibbutzim* in the region of Palestine reveals the complexity and diversity of cooperative economy practices in different historical and social contexts. Based on the concepts of territoriality and public and private spheres, in addition to the verification of different alternative economies, the study aims to understand which aspects of Brazil and the territory that would later become Israel drove alternative economies in different ways in each location. The research, based on a qualitative approach, analyzes the structural roots of both States, the impacts of these on the cooperative formats that occur in different contexts, and the motivations of those who constituted the alternative economies in each location. The work covers the history of the region of Palestine and Brazil, highlighting the elements that built the national and alternative economy in each of the contexts.

Keywords: Solidarity economy, *kibbutz*, collectivism, cooperativism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1:** Uma trabalhadora carregando pedras em um carrinho de mão *p.45*
- FIGURA 2:** Cartaz com os dizeres “Somos pela liberdade, pelo trabalho e pela paz” *p.46*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTEAG: Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão

CADSOL: Cadastro Nacional de Economia Solidária

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

INCOP: Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

ITCPs: Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas

OCESP: Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo

SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	<i>p. 12</i>
2. METODOLOGIA	<i>p. 17</i>
3. BREVE HISTÓRICO	<i>p. 21</i>
4. DEFINIÇÕES E DELIMITAÇÕES	<i>p. 27</i>
4.1. Economias coletiva, cooperativa e solidária e comunitária	<i>p. 27</i>
4.2. Esfera pública e esfera privada	<i>p. 28</i>
4.3. Palestina	<i>p. 35</i>
5. ASPECTOS DETERMINANTES	<i>p. 37</i>
5.1. Raízes estruturais dos Estados	<i>p. 37</i>
5.2. Impactos	<i>p. 46</i>
5.3. Motivações	<i>p. 50</i>
6. CONCLUSÃO	<i>p. 53</i>
7. REFERÊNCIAS	<i>p. 55</i>
8. GLOSSÁRIO	<i>p. 65</i>

1. INTRODUÇÃO

Desde os 6 (seis) anos de idade, participei de um movimento juvenil judaico, o Habonim Dror¹. No Brasil, o movimento possui 10 (dez) sedes em municípios: Manaus, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Curitiba e Porto Alegre. Além de ter 5 (cinco) pilares ideológicos: Judaísmo Cultural-Humanista, Sionismo-Socialista, *Kibutzianismo* e *Chalutzianismo*. Cada um desses pilares é conceituado pelos membros do movimento em assembleias que ocorrem a cada 2 (dois) anos. Há um currículo educativo que acompanha o desenvolvimento dos jovens participantes, sejam estes educandos ou educadores, ao longo de toda sua trajetória no movimento. Não há limite de idade para participar, mas há uma convenção cultural interna de que os participantes ficam até os 23 (vinte e três) anos e, nos seus últimos anos ativos, estes ocupam cargos de liderança local e nacional. Em minha trajetória, estive em muitos cargos a nível local; em 2014 estive no programa de intercâmbio para Israel que é parte do currículo educativo, no qual vivi no *Kibutz* Hatzerim; e, em meu último ano como participante, compus a Diretoria Nacional, organizando o programa de intercâmbio para Israel para os grupos mais jovens que o meu.

Ao longo do currículo educativo, me deparei com uma figura que foi de extrema importância para os participantes: Paul Singer (1932-2018). Singer se tornou figura pública no Brasil a partir da década de 1980, quando suas ideias sobre economia solidária começaram a ganhar destaque. Nesse período, ele se envolveu ativamente em movimentos sociais e passou a ser reconhecido por sua contribuição à formulação de políticas públicas voltadas para a inclusão social e o fortalecimento da economia popular. Além disso, sua atuação como Secretário Nacional de Economia Solidária durante o governo do presidente Lula, de 2003 a 2010, consolidou sua importância no cenário político e econômico brasileiro. A única vez que o vi pessoalmente foi em 2016, quando Paul Singer participou de uma atividade no Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã.

Além de sua importância na sociedade brasileira, Singer foi um importante membro do Dror² - que, posteriormente, deu origem ao Habonim Dror - em sua juventude e promoveu um ponto de virada na história do movimento. À época, o Dror era vinculado ao Partido Trabalhista de São Paulo, ainda que tivesse fortes ideais de nacionalismo judaico, ou seja, ideais Sionistas. Mais especificamente, o Dror propunha a organização do Estado Judeu - no

¹ O nome do movimento costuma ser traduzido para o português como “Construtores da Liberdade”.

² *Dror* é a transliteração de uma palavra em Hebraico que significa “andorinha”, mas como nome do movimento representa uma metáfora para “liberdade”.

caso, Israel -, a partir de preceitos socialistas. Uma das formas para aplicar tais preceitos ao longo da região da Palestina - local determinado no primeiro Congresso Sionista para ser o Estado Judeu - era a fundação de *kibutzim*³.

A palavra *kibutz* é uma palavra hebraica que significa, em tradução livre para o português, “conjunto” ou “assembleia”. Segundo o site oficial da Embaixada de Israel no Brasil, os *kibutzim* são “unidades social e economicamente autossuficientes, em que as decisões são tomadas por seus membros e cujos bens e meios de produção são de propriedade coletiva”. A ideia do *kibutz* surgiu entre os sionistas na primeira década do século XX, inspirados pelos ideais de certos pensadores do nacionalismo judaico: Nachman Syrkin (1867-1924) - que buscou integrar sua compreensão do problema judaico em uma filosofia socialista geral da história mundial, ou seja, ele adicionou a dimensão socioeconômica à crítica radical da integração judaica na sociedade moderna (AVINERI, 2017) -, Ber Borochov (1881-1917) - que interpretou a questão do judaica mundial do final do século XIX e início do século XX a partir da análise de classes (NEAR, 2007) -, Aaron David Gordon (1856-1922) - que dizia que “o trabalho manual [na terra] é fundamental para a salvação pessoal e nacional dos judeus” (AVINERI, 2017, p.163) -, entre outros. Muitos entusiastas - movimentos juvenis judaicos, partidos políticos judaicos, grupos de debate, indivíduos, entre outros - da perspectiva do nacionalismo judaico que mesclava esses ideais, depois chamada de Sionismo-Socialista, projetavam e debatiam como poderia ser o estilo de vida coletivo em Israel. Ainda assim, a utilização da palavra *kibutz* para identificar as comunidades coletivistas em Israel só se disseminou entre os sionistas e a comunidade judaica em 1910, após a criação do primeiro *kibutz*: Degania Alef.

Degania Alef⁴ foi fundado por 12 jovens - sendo apenas 2 (duas) mulheres -, alguns deles ainda adolescentes, imigrantes da Rússia e Europa Ocidental que buscavam colocar em prática seus ideais sionistas-socialista na região da Palestina. Degania Alef não foi a primeira tentativa de vida coletiva na Palestina, mas foi a primeira que foi bem sucedida e a primeira que teve o funcionamento de um *kibutz* propriamente dito. Tal funcionamento não fora totalmente planejado, embora houvesse alguns pontos consensuais ainda antes da imigração dos fundadores para a região da Palestina, combinados através de cartas e conversas, como a não terceirização do trabalho, as deliberações democráticas e a propriedade comum

³ Plural da palavra *kibutz*.

⁴ “Degania” é a transliteração de uma palavra em Hebraico que significa “grão”. “Alef” é o nome da primeira letra do alfabeto hebraico e está no nome do primeiro *kibutz* porque, depois, outros *kibutzim* com o nome Degania foram fundados e receberam as seguintes letras do alfabeto hebraico no nome.

(GAVRON, 2000). Mas o *kibutz* era um conceito em evolução que se desenvolveu à medida que os pioneiros se depararam com as realidades e desafios da vida coletiva na Palestina.

A partir do modelo de Degania Alef, muitos *kibutzim* foram e continuam sendo fundados. Mesmo depois do estabelecimento do Estado de Israel, em 1948, os *kibutzim* seguem buscando a construção da vida coletiva na região. Apesar de seu funcionamento ter enfrentado diversas crises ao longo da história - de convivência entre os membros, de divergências entre a ideologia e a prática e até econômicas -, o conceito tem sido reinventado e se manteve como um elemento estável da economia e da sociedade israelense ainda hoje. Discorrerei com maior aprofundamento sobre este processo ao longo deste trabalho. Por agora, destaco que, ao longo deste processo, inclusive, surgiram *kibutzim* em áreas urbanas, uma adaptação que vem “convertendo a agricultura em ação social e redefinindo o Sionismo-Socialista no século XXI” (MIRAGAYA, 2016).

Segundo Aline Mendonça dos Santos (2018), autora da biografia de Paul Singer, ele atribuía parte das descobertas que mais tarde teve sobre a economia solidária à sua relação e envolvimento no Dror, ou seja, o contato com os ideais Sionista-Socialistas. Singer expôs pela primeira vez seus pensamentos sobre economia solidária - ainda sem tal nomeação - no livro “Aprender Economia”, onde escreveu um capítulo intitulado “O Socialismo”, no qual fala sobre democratização das relações de produção a partir do compartilhamento do conhecimento entre trabalhadores intelectuais e ‘manuais’, superando a alienação, além da descentralização das funções governamentais, “transferindo poder de decisão aos municípios e distritos e dando mais autonomia às autarquias e empresas públicas” (SINGER, 1988, p.183). O autor desenvolve tais pensamentos no livro “Utopia Militante: Repensando o Socialismo”, inclusive citando os *kibutzim* israelenses:

É preciso investigar o potencial de expansão da democracia aos planos de micropoder na sociedade civil, o potencial das representações operárias dentro das empresas capitalistas e o potencial de expansão e desenvolvimento das economias cooperativas complexas como as dos *kibutzim* israelenses [...]. (SINGER, 1998, p.133)

Nestas obras, assim como em muitos outros escritos e elocuições do autor, Singer buscou repensar o processo de implementação do socialismo, propondo uma alternativa, uma vez que países que se identificavam como socialistas não haviam rompido com o sistema capitalista, além de passarem por crises econômicas e democráticas (DOS SANTOS, 2018). Ele propôs, então, a economia solidária, que é inspirada por iniciativas de cooperação e coletividade ao redor do mundo - sendo uma delas o *kibutz* - e visa a instauração de um novo modo de produção, capaz de competir com o modo de produção capitalista, formado por

unidades produtivas autogestionárias (SINGER, 1998). A partir de tal proposta, a economia solidária se estabeleceu em diversas áreas da economia brasileira como a agricultura familiar, as cooperativas de trabalhadores, as iniciativas de microcrédito, entre outros formatos.

Singer chegou a refletir sobre o papel da comunidade em iniciativas econômicas coletivas, inclusive analisando algumas tentativas pioneiras na Inglaterra que tinham, como parte de seu desenvolvimento, a vida comunitária entre os envolvidos. Estas iniciativas não foram bem sucedidas por diversos motivos, além de serem impulsionadas por agrupamentos cuja centralidade se dava no ofício de seus membros. Ainda assim, suas proposições de economia solidária são focadas no labor, deixando de fora aspectos das corporalidades dos envolvidos - como suas identidades para além de seus ofícios, suas constituições familiares, entre outros. “[...] Há uma profunda diferença entre o que temos como ideia de socialismo/autogestão e sua aplicação como política pública no campo da economia solidária” (NASCIMENTO, 2018, p.250), portanto, ainda que Singer deixasse tais aspectos de fora da teoria, algumas ações comunitárias se deram na prática da economia solidária no Brasil. Ao longo da evolução conceitual dos *kibutzim*, porém, o debate sobre como lidar com as diferentes corporalidades em uma vida comunitária sempre esteve presente. Em uma época em que nenhum país europeu ainda havia concedido o direito de voto às mulheres, por exemplo, as mulheres tinham participação plena em assembleias de Degania Alef (GAVRON, 2000). Claro, também havia diferenças entre o discurso e a prática comunitária:

Embora a igualdade de gênero fosse uma parte importante do discurso do movimento do *kibutz*, os esforços para alcançar essa igualdade foram limitados por uma série de mecanismos sociais e o *kibutz* continua sendo uma comunidade de gênero, orientada para os homens e dominada pelos homens. (FOGIEL-BIJAOU, 2021)

Tal dissimilitude me levou a questionar: quais aspectos do Brasil e de Israel impulsionaram economias alternativas de formas diferentes em cada país? Singer considerou as territorialidades brasileiras, para desenvolver a economia solidária. Assim como os pensadores sionistas-socialistas consideraram as territorialidades da região da Palestina para desenvolverem seus ideais. Por isso, ao longo deste trabalho, serão analisados aspectos que compõem as diferentes territorialidades que são determinantes para a implementação dos diferentes formatos de economias alternativas em Israel e no Brasil: as raízes estruturais de ambos os Estados, os impactos destas nos formatos cooperativistas que se dão em diferentes contextos e as motivações daqueles que constituíram as economias alternativas em cada local.

Por territorialidade, me refiro à categorização elaborada por Claude Raffestin (1993) que discorre sobre a ambientação do indivíduo em seu território, ou seja, a territorialidade

“reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p.153). O território, em si, é compreendido, neste trabalho, como a apropriação de um espaço, de forma concreta ou abstrata (RAFFESTIN, 1993, p.143). Para a análise, mobilizo conceitos relevantes como esferas pública e privada, conceituadas por Hannah Arendt (2007) e abordadas por Frederick Engels (1984). Também diferencio as economias coletiva, cooperativa, solidária e comunitária, além de delimitar com mais afinco o que chamei, neste tópico, de região da Palestina.

A análise comparativa da economia solidária no Brasil e dos *kibutzim* da região que viria a se tornar Israel possui grande relevância, pois essas experiências se destacam como alternativas para um desenvolvimento econômico sustentável e mais empático para com os seres humanos e suas relações. A constituição do formato brasileiro pode nos fornecer ensinamentos sobre a busca por justiça social. A constituição do formato que ficou marcado como característico israelense pode nos fornecer ensinamentos sobre a construção de comunidades. Uma vez que estamos em uma era na qual podemos usufruir do compartilhamento de informações para estudar como diferentes iniciativas coletivistas se adaptam a diferentes territorialidades, buscando entender melhor sua aplicabilidade em outros lugares do mundo.

2. METODOLOGIA

Com o objetivo de compreender aspectos determinantes que compõem a territorialidade e impactam a implementação dos diferentes formatos de economia solidária no Brasil e dos *kibutzim* na região da Palestina, este trabalho adota uma abordagem qualitativa, considerando as influências históricas, sociais e culturais que moldam a prática das economias alternativas em ambas as territorialidades. Para alcançar tal objetivo, será realizada uma análise comparativa da literatura e documentação sobre o tema, além da interpretação de relatos.

Este trabalho visa comparar a constituição dos fenômenos apresentados: os *kibutzim* na região que viria a se tornar Israel e a economia solidária no Brasil. Ou seja, a análise será feita a partir teorização de ambos os fenômenos, assim como suas primeiras implementações, adaptações e desafios. Não discorrerei para além dos primórdios de cada um dos fenômenos, pois isso envolve uma análise mais profunda de elementos que cruzaram os processo de consolidação. Além de que a prática de ambos os formatos se estende até os dias atuais, portanto, para estudar de forma mais aprimorada fenômenos contemporâneos, o ideal seria realizar trabalhos de investigação em campo. Este, porém, não é o objetivo do trabalho, que concentra sua pesquisa em e revisão bibliográfica, documental e interpretação de relatos, ferramentas mais adequadas para o estudo dos fenômenos do passado (GIL, 2008).

É importante destacar que a teorização e primeiras implementações de cada um dos formatos ocorreu em momentos diferentes da história mundial e, por isso, o recorte temporal deste trabalho não é preciso. Ou seja, a análise comparativa aqui desenvolvida é assíncrona, destacando aspectos determinantes que compõem as territorialidades e impactam na implementação dos diferentes formatos de economia cooperativa na Palestina e no Brasil e entendendo como parte de suas territorialidades.

A literatura que busca comparar a constituição de ambas as economias alternativas é restrita. Há, porém, vasta literatura sobre o processo de conceituação e desenvolvimento de cada formato, em separado - livros, artigos, dissertações e teses da área. Por isso, há a necessidade de estudar os fenômenos separadamente a partir de bibliografia e, posteriormente, utilizar da comparação para uma maior compreensão do tema.

O método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. [...] A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja

exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL, 2008, p.16-50)

A inspeção documental também está presente neste trabalho. Ela inclui a revisão de imagens, relatórios de organizações de economia solidária, documentos políticos e outros materiais relevantes, para embasar a comparação entre territorialidades.

Para este estudo, serão analisados aspectos que compõem as diferentes territorialidades que são determinantes para a implementação dos diferentes formatos de economias alternativas: as raízes estruturais de ambos os Estados, os impactos destas nos formatos cooperativistas que se dão em diferentes contextos e as motivações daqueles que constituíram as economias alternativas em cada local.

Compreender as raízes estruturais de cada um dos Estados é essencial para entender as origens e os legados que influenciam as práticas de economia cooperativas. A estruturação prévia ao Estado brasileiro, de fato, se iniciou nos anos 1530 e foi marcada pela exploração de recursos naturais e pela construção de uma economia dependente de Portugal. O processo colonial se arquitetou em torno de um sistema escravista, com o uso intensivo de força de trabalho dos povos nativos, inicialmente, e, depois, africana. Esse sistema foi apenas o princípio da história de uma sociedade profundamente desigual, com uma elite dominante, instituições e estruturas dependentes do mercado internacional e uma grande massa de trabalhadores subordinados (PRADO JR., 1976). Já a estruturação prévia ao Estado de Israel foi um processo gradual de ocupação e transformação da região da Palestina, que começou no final do século XIX com a chegada dos primeiros grupos sionistas. Influenciados pelos ideais nacionalistas judaicos e pelo desejo de estabelecer um lar nacional para os judeus no histórico território de Israel - então denominado região da Palestina -, os sionistas iniciaram uma ocupação que envolveu a compra de terras, a criação de *kibutzim* e a construção de infraestruturas modernas. Tal processo foi marcado por uma política de valorização da identidade judaica europeia, o que gerou questões de exclusão social, posteriormente. A culminação desse processo se deu com a declaração de independência de Israel, em 1948, que resultou na guerra árabe-israelense e na redefinição das fronteiras e da demografia da região (SHAPIRA, 2012). As diferenças das trajetórias nacionais influenciam a dinâmica do coletivismo em ambas as territorialidades. Por isso, a partir de revisão bibliográfica e documental, serão analisados como estes elementos impactam na forma como as economias cooperativas se estabeleceram em cada local, permitindo uma compreensão mais aprofundada das diferentes sociedades.

A motivação dos primeiros *kibutznikim*⁵ era colocar em prática os ideais do Sionismo-Socialista. Os pioneiros do *kibutz* queriam concretizar o sonho de um Estado judeu não apenas estabelecendo fronteiras para um local que abrigasse lar nacional judaico - em um terreno com muitos desafios -, mas também no sentido de reestruturar ta conceito, ou seja, construir um Estado mais igualitário a partir da prática coletivista (AVINERI, 2017). Já no Brasil, embora o país tenha uma grande diversidade social⁶, este enfrenta vários desafios relacionados à exclusão social - por gênero, raça, sexualidade e/ou outros motivos -, precarização do trabalho e desigualdades econômicas. A economia cooperativa no Brasil pode ser uma resposta a esses desafios (COSTA e DE JESUS, 2017), por isso muitos brasileiros são motivados a buscarem práticas de economias alternativas. As motivações que levam indivíduos desenvolverem práticas de economia cooperativa e a buscar alternativas coletivas de organização produtiva e distributiva serão analisadas a partir de revisão bibliográfica e documental, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos incentivos e das condições que levam à adoção dessas práticas.

Os relatos são uma ferramenta essencial nas pesquisas qualitativas, desempenhando um papel crucial na “obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes” (GIL, 2008, p.109). A escolha da abordagem qualitativa dos relatos se justifica pela necessidade de uma análise mais rica das subjetividades e experiências dos indivíduos com diferentes corporalidades e vivências, permitindo a construção de um entendimento mais profundo e contextualizado sobre os fenômenos estudados. Por meio do relato, o pesquisador estabelece uma relação dialógica com o sujeito, o que enriquece a compreensão do fenômeno a partir das narrativas dos sujeitos e da interpretação destas pelo pesquisador.

Os relatos utilizados foram localizados em materiais como entrevistas, *podcasts*, documentários, redes sociais e conversas informais. Os trechos de relatos utilizados neste trabalho foram selecionados por serem relevantes para compreender os aspectos determinantes que compõem as territorialidades e impactam a implementação dos diferentes formatos de economia cooperativa na região da Palestina e no Brasil, ou seja, foi uma seleção categorial.

⁵ Moradores de *kibutzim*.

⁶ Não foram poucos os esforços das elites - a princípio, a colonial; posteriormente, as que se derivaram desta - para homogeneizar a população a partir de ideais eugenistas. Mais especificamente, embranquecer a população. Porém, fatores como a escassez de mulheres brancas entre os colonizadores e o uso do abuso sexual como forma de opressão escravista, impossibilitaram tal homogenização. (FREYRE, 2003)

Grande parte do material consultado para este trabalho se encontra em outros idiomas que não o português, principalmente em inglês, espanhol, hebraico e russo. Eu domino o inglês e o espanhol, porém, os materiais em hebraico e russo tiveram que ser traduzidos através do tradutor *online* do Google. Tal tradução pode não ser fidedigna, levando a interpretações equivocadas do material, portanto, todos os trechos utilizados neste trabalho tiveram verificação e/ou tradução livre de colegas que possuem fluência em ambos os idiomas - ou português e hebraico, ou português e russo.

3. BREVE HISTÓRICO

A relação de solidariedade entre indivíduos é algo que podemos observar desde os primórdios da sociedade humana, até mesmo em relações para além da espécie humana. Piotr Kropotkin (2009), um pensador russo do fim do século XIX, observou, ao estudar animais, que muitas espécies sobrevivem e se desenvolvem melhor através da cooperação e da ajuda mútua, e não apenas por meio da competição. Ele considerou que, em diversos ecossistemas, a cooperação entre indivíduos de uma mesma espécie ou entre diferentes espécies é fundamental para a sobrevivência e prosperidade. Ele argumenta que a colaboração, em muitos casos, é mais vantajosa do que a luta, e usa exemplos de sociedades de animais - como formigas, abelhas, e lobos - e até mesmo seres humanos, para ilustrar como o apoio mútuo foi essencial para o desenvolvimento e evolução de muitas espécies.

O autor faz uma ponte entre os processos naturais e as possíveis relações humanas, sugerindo que a colaboração e a solidariedade, presentes na natureza, poderiam ser aplicadas de forma mais profunda nas relações sociais humanas. Ele vê a cooperação como um princípio que poderia ser adotado em uma organização social mais igualitária, contrastando com a competição que predomina nas sociedades capitalistas e se tornando, assim como na natureza, um fator essencial também para o desenvolvimento humano e social.

No que se refere ao conceito de “comum”, este existe desde a antiguidade, passando, na história ocidental, pela ideia das *polis* - espaço principal da esfera pública na Grécia antiga (ARENDT, 2007) -, se mantendo no período feudal com as terras comunais - bosques, prados e terrenos baldios, utilizados pelos camponeses, que levavam seus animais para pastar nos prados e retiravam madeiras dos bosques; apenas eram proibidos de caçar, pois esta era uma atividade somente para os nobres feudais (CARMO, 1994, p. 134 apud. COSTA, DA SILVA, FONTANA e RODRIGUES, 2014, p.237) - e passando por uma transformação no mundo moderno. Na modernidade, ocorre a extrema valorização do individualismo que, unido às condições precárias de trabalho pós-Revolução Industrial e à exclusão social e desigualdades geradas pelo sistema capitalista, criam uma esfera pública em crise (ARENDT, 2007; SINGER, 2002).

A crise é, porém, um ambiente fértil para a criação de alternativas de organização econômica. Singer (2002) expõe que, ao longo do século XIX, a ideia de solidariedade entre trabalhadores e a formação de cooperativas de produção e consumo se expandiu, especialmente na Europa. Nesse contexto, ele menciona o impacto de pensadores como

Charles Fourier, que defendiam uma nova ordem econômica baseada na igualdade e na solidariedade, e Robert Owen, que propôs iniciativas de cooperação em fábricas como alternativas ao sistema capitalista. Segundo Singer (2002), essas experiências, embora limitadas, deram os primeiros passos para o entendimento de que uma organização econômica baseada na solidariedade poderia ser uma alternativa ao mercado competitivo capitalista.

Singer (2002) destaca que, em 1844, em Rochdale, na Inglaterra, operários, com baixos salários e longas jornadas de trabalho, não conseguiam comprar produtos básicos para sua sobrevivência. Um grupo de 28 (vinte e oito) tecelões, metade deles owenista, se uniu para montar seu próprio armazém. A iniciativa visava comprar alimentos em grande quantidade para conseguir preços melhores, além de que tudo o que fosse adquirido seria dividido equitativamente entre o grupo. A iniciativa foi próspera e ficou conhecida como a primeira cooperativa de consumo, pautada por valores e princípios morais considerados, até hoje, a base do cooperativismo. Já em 1848, na cidade de Delitzsch, na Alemanha, o juiz Hermann Schulze-Delitzsch marcou o início das cooperativas de crédito, organizadas para oferecer alternativas aos sistemas bancários tradicionais e para atender as necessidades financeiras de trabalhadores e pequenos comerciantes (SINGER, 2002). Por sua vez, Singer fala da “cooperativa de compras e vendas [que] iguala os pequenos agricultores ou varejistas aos grandes. E ela pode ampliar a vantagem que proporciona aos membros fundando indústrias de processamento de seus produtos” (SINGER, 2002, p.84). O tipo mais importante desta categoria é a cooperativa agrícola, que teve início em 1867, com criadores de gado leiteiro na Dinamarca. Estas foram as iniciativas pioneiras, que impulsionaram as economias coletivas e autogestionárias na Europa.

Entre meados do século XIX e início do século XX, muitos movimentos trabalhistas e sociais europeus passaram a defender a autogestão como um princípio essencial para transformar as relações de produção. Neste momento, também os trabalhadores judeus na Europa se interessaram e desenvolveram alternativas econômicas e sociais à crise, que os afetava não apenas financeiramente, mas também suas relações sociais para além das mercadológicas, por conta de sua etnia e religião - fenômeno chamado de Antissemitismo⁷. Segundo a Enciclopédia do Holocausto, elaborada pelo United States Holocaust Memorial Museum, a situação dos judeus na Europa e na Rússia, à época, era marcada por uma série de

⁷ “O Antissemitismo é o preconceito ou ódio contra um judeu individualmente ou contra o povo judeu.” (ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO, s.d.) O tópico “Antissemitismo: Uma Introdução” disponível no site oficial da Enciclopédia do Holocausto, elenca as raízes deste fenômeno.

dificuldades: perseguições - como os *pogroms*⁸ na Polônia, que eram organizados, por vezes, pelo próprio governo e, por vezes, por civis (e estes não eram impedidos pelo governo) - e limitações legais - na Rússia, por exemplo, o antissemitismo era institucionalizado, frequentes, além de políticas que restringiam a posse de terras, a educação e as atividades econômicas dos judeus - e sociais - apesar da emancipação judaica em alguns países da Europa Ocidental, como França e Inglaterra, os judeus sofriam preconceito de outros cidadãos não-judeus.

Até 1891, os judeus haviam alcançado certo nível de integração social e emancipação legal na Grécia, na Inglaterra, na Itália, na Alemanha e na Noruega. O antissemitismo, porém, sempre esteve presente nas relações sociais destes países e evidenciou-se com movimentos nacionalistas racistas, principalmente na Alemanha, na década de 1920 (ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO, s.d.). Neste momento, a comunidade judaica europeia e russa efervesce em debates, buscando alternativas para sua existência como povo étnico-religioso. As dificuldades socio-econômicas contribuíam para o fomento do desejo de buscar uma solução para sua situação de opressão. Diversas foram as propostas colocadas em pauta no debate amplo - que se dava por meio de congressos judaicos, publicação de livros e artigos em jornais, troca de cartas, entre outros meios -: para alguns, a assimilação era a melhor opção; para outros, se juntar à luta operária internacional era a solução; parte da comunidade defendia a criação de um Estado nacional judaico, sendo esta parte dividida entre as diversas possibilidades de como deveria ser este Estado.

Esse cenário de marginalização da comunidade judaica impulsionou o nacionalismo judaico e, principalmente, seu viés revolucionário, uma vez que o Sionismo⁹ busca alterar paradigmas sociais a partir da emancipação e autodeterminação de um povo judeu, oprimido na Europa (AVINERI, 2017). As ideias de economia cooperativa surgem, neste momento, como um possível formato para a construção do Estado judaico.

A ideia do *kibutz* surgiu entre os sionistas na primeira década do século XX, inspirados pelos ideais de certos pensadores do nacionalismo judaico: Nachman Syrkin (1867-1924) - que buscou integrar sua compreensão do problema judaico em uma filosofia socialista geral da história mundial, ou seja, ele adicionou a dimensão socioeconômica à crítica radical da integração judaica na sociedade moderna (AVINERI, 2017) -, Ber Borochov (1881-1917) -

⁸ Ataques violentos contra judeus. Geralmente eram localizados em bairros e vilarejos de maioria judaica.

⁹ Nacionalismo judaico. O deriva de "Sião", uma colina em Jerusalém que é mencionada várias vezes na Bíblia, especialmente no Antigo Testamento, como um lugar sagrado e, em um sentido mais amplo, a terra prometida para os judeus.

que interpretou a questão do judaica mundial do final do século XIX e início do século XX a partir da análise de classes (NEAR, 2007) -, Aaron David Gordon (1856-1922) - que dizia que “o trabalho manual [na terra] é fundamental para a salvação pessoal e nacional dos judeus” (AVINERI, 2017, p.163) -, entre outros. Muitos entusiastas (movimentos juvenis judaicos, partidos políticos judaicos, grupos de debate, indivíduos, entre outros) da perspectiva do nacionalismo judaico que mesclava esses ideais, depois chamada de Sionismo-Socialista, projetavam e debatiam como poderia ser o estilo de vida coletivo no Estado judaico. Ainda assim, a utilização da palavra *kibutz* para identificar as comunidades coletivistas na região da Palestina só se disseminou entre os sionistas e a comunidade judaica em 1910, após a criação do primeiro *kibutz*: Degania Alef. Desde então, muitos *kibutzim* foram e continuam sendo fundados, com certas características comuns entre si - como propriedade coletiva, trabalho coletivo, decisão democrática e participativa, igualdade social e solidariedade - mas também com suas peculiaridades - como o Kibutz Lotan, no deserto do Negev, que inseriu a pauta da ecologia em meio à vida comunitária. O formato *kibutziano* inspirou e inspira o desenvolvimento de economias cooperativas por todo o mundo.

Voltando à sociedade europeia para além da comunidade judaica,

Na medida em que o movimento operário foi conquistando direitos para os assalariados [na Europa], a situação destes foi melhorando: menos horas de trabalho, salários reais mais elevados, seguridade social mais abrangente e de acesso universal, ou quase, tornaram-se realidade nos países desenvolvidos. [...] Surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (que vigorou nos países centrais entre as décadas de 1940 e 1970) e se acomodou no assalariamento. (SINGER, 2002, p.109-110)

A década de 1970 foi um marco importante, pois foi quando retornou a situação de desemprego em massa nos países centrais. “Nas décadas seguintes, grande parte da produção industrial mundial foi transferida para países em que as conquistas do movimento operário nunca se realizaram” (SINGER, 2002, p.110). É na crise que ressurgem com força as ideias de economias alternativas. Neste momento, iniciativas de economia cooperativa se consolidaram em diversos países, como uma tentativa de reconstruir a economia local e promover a justiça social em diferentes lugares do mundo.

Há indícios da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países. O que distingue este “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. (SINGER, 2002, p.111)

Em diversos momentos ao longo da história do Brasil, a cultura da cooperação pode ser observada. Algumas práticas de comunidades indígenas pré-cabralinas, por exemplo, possuíam - ainda na área que viria a tornar-se o território do Estado nacional brasileiro, após a colonização portuguesa. Porém, referente ao Brasil da modernidade, de acordo com o site oficial da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP), a primeira iniciativa de cooperação oficialmente registrada ocorreu em 1889, em Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, cujo foco era o consumo de produtos agrícolas. Já em 1902, também segundo o site da OCESP, um padre suíço chamado Theodor Amstad fundou, em Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul, a primeira cooperativa de crédito do país com o nome Caixa de Economia e Empréstimos Amstad - que, atualmente, possui o nome Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha, mais conhecida como Sicredi Pioneira. “A partir de 1906, foi a vez de surgirem as cooperativas agropecuárias, idealizadas por produtores rurais e por imigrantes, especialmente de origem alemã e italiana” (OCESP, s.d.), que traziam a economia cooperativa como inspiração da Europa. Até então, haviam iniciativas de economia alternativa no Brasil, mas não eram amplamente difundidas nem tinham apoio do governo.

Depois do segundo choque do petróleo, em 1981, o Brasil entrou em uma crise econômica vinculada à uma dívida internacional e uma alta taxa de desemprego. A Cáritas Brasileira, braço para assistência social da Igreja Católica Apostólica Romana que recebe recursos de outros países - principalmente da Alemanha, mas também dos Estados Unidos e Inglaterra -, passou organizar os desempregados em cooperativas (CANALGOV, 2015). Contudo, é apenas a partir da década de 1990 que a economia solidária, propriamente dita, se estabeleceu como um campo teórico e prático no Brasil, com seu maior expoente sendo o autor Paul Singer (SILVA, 2018). A economia solidária, então, passou a ser vista como um formato capaz de integrar o desenvolvimento econômico brasileiro.

Diferentes momentos marcaram o crescimento e disseminação da Economia Solidária no país, com a criação da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) - “criada a partir da necessidade dos trabalhadores de empresas em falência, assumirem a produção e administração de forma coletiva, garantindo a remuneração mínima” - e das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas (ITCPs) - “como meio de apoio administrativo, jurídico, de formação política, pedagógica, etc. e visando a troca efetiva de conhecimento entre Universidades e empreendimentos econômicos solidários” (INCOP, 2020) -, que se organizaram em redes. Porém foi em 2003, impulsionada pelos debates que

estavam acontecendo nos encontros do Fórum Social Mundial desde 2001, que houve a inserção de políticas públicas para a economia solidária na plataforma de governo brasileiro e a formação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) - da qual Paul Singer foi secretário - dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (INCOP, 2020).

Em 2016, durante o governo de Michel Temer, a SENAES continuou vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, mas foi reestruturada como uma subsecretaria, o que resultou em uma redução significativa de recursos e na limitação das políticas de apoio e incentivo. Em 2019, com a publicação de uma medida provisória, o governo de Jair Bolsonaro reorganizou os ministérios e a área de Economia Solidária foi transferida para o novo Ministério da Cidadania. Logo depois, o decreto nº 9674, de 2 de janeiro de 2019, que detalhou a estrutura e os cargos do Ministério da Cidadania, extinguiu a SENAES. Ainda que a SENAES tenha sido extinta, ainda há a manutenção do Conselho Nacional de Economia Solidária - que teve sua última reunião em 2023 -, além de setores populares impulsionando as iniciativas solidárias (INCOP, 2020). A conquista mais recente é a aprovação, em novembro de 2024, do Projeto de Lei 6606/19 que cria a Política Nacional de Economia Solidária. Com propósitos diversos, como cooperativas de reciclagem e bancos de crédito comunitários, mais de 1,4 milhão de pessoas participam de iniciativas de economia solidária no Brasil, de acordo com o Cadastro Nacional de Economia Solidária (CADSOL).

4. DEFINIÇÕES E DELIMITAÇÕES

Algumas definições e delimitações devem ser estabelecidas antes do desenvolvimento deste trabalho.

4.1. Economias coletiva, cooperativa, solidária e comunitária

Nos tópicos anteriores deste trabalho já é possível verificar a utilização de alguns dos adjetivos que acompanham a palavra “economia” neste trabalho: coletiva, cooperativa, solidária e comunitária. Todas essas são economias alternativas, por serem alternativas à economia capitalista tradicional. Para cada um desses acompanhamentos, porém, há um significado diferente que remete à definição dos adjetivos no dicionário de língua portuguesa. Aqui utilizo definições do *site* oficial do Dicionário Michaelis, atualizado em 2024.

Entre outras definições, a palavra “coletivo” no dicionário significa “relativo ou pertencente a muitas coisas ou pessoas”. Essa palavra está atrelada a uma ideia de pertencimento, de posse. Portanto, quando se trata de economia coletiva, trata-se de divisão de bens e meios de produção. Estes, em iniciativas de economia coletiva, pertencem a todos os envolvidos, porém, outros elementos da iniciativa podem não ser divididos, como a gestão. Também no dicionário, encontramos “prestação de auxílio para um fim comum; colaboração, solidariedade¹⁰” como uma das definições para a palavra “cooperação”. Quando se trata de economia cooperativa, trata-se de uma ação conjunta para atingir objetivos coletivos, ou seja, objetivos que pertencem a todos. As iniciativas de economia cooperativa operam de forma conjunta, sendo a gestão compartilhada, ainda que os bens e meios de produção possam ser de propriedade restrita. Empresas com conselho de trabalhadores são um exemplo de economia cooperativa. Já economia solidária, nas palavras de seu próprio teórico, “é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p.10). Nesse sentido, é possível identificar a economia solidária como uma economia coletiva e cooperativa. Neste trabalho a economia solidária será mencionada para se referir às proposições de Paul Singer e suas primeiras implementações.

¹⁰ Não à toa Paul Singer escolheu a adjetivação deste substantivo para denominar suas proposições de alternativa à economia capitalista.

O adjetivo “comunitário”, por sua vez, está definido como “relativo a ou próprio de uma comunidade” no dicionário. Seu entendimento, porém, depende da definição da palavra “comunidade”, que tem algumas definições interessantes para nosso propósito no *site* oficial do Dicionário Michaelis: 1. “Conjunto de pessoas que vivem numa mesma região, com o mesmo governo, e que partilham as mesmas tradições históricas e/ou culturais”; 2. “População que vive em determinado local ou região, ligada por interesses comuns”; 3. “Qualquer conjunto de indivíduos ligados por interesses comuns (culturais, econômicos, políticos, religiosos, etc.) que se associam com frequência ou vivem em conjunto”; 4. “Grupo de pessoas ligadas pela mesma profissão ou atividade”. Pode-se entender, portanto, que a economia comunitária é aquela que beneficia uma comunidade. Ainda que uma iniciativa seja privada, esta pode beneficiar uma comunidade. Trago como exemplo a Hamburgueria Espaço Gourmet, que fica no Complexo do Alemão. Segundo o Dicionário das Favelas Marielle Franco, “o Complexo do Alemão [...] é um bairro que abriga um dos maiores conjuntos de favelas da Zona da Leopoldina, na Zona Norte do município do Rio de Janeiro”. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística adotou, desde o Censo 2022, a nomenclatura “Favelas e Comunidades Urbanas” para denominar territórios como o Complexo do Alemão, portanto, consideramos, aqui, o Complexo como uma comunidade. A Hamburgueria Espaço Gourmet conta com uma equipe de cinco funcionários da juventude da comunidade, um cardápio variado e um espaço agradável em Inhaúma, uma das favelas do Complexo. O empreendimento movimenta a economia local com trocas comerciais, empregabilidade e circulação de pessoas no local, disponibiliza diversidade culinária e um espaço de socialização para os membros da comunidade, ou seja, traz muitos benefícios para além do financeiro. Ainda assim, a Hamburgueria é um empreendimento privado. É possível identificar, portanto, o *kibutz* como uma economia coletiva, cooperativa e comunitária.

4.2. Esfera pública e esfera privada

As esferas pública e privada são conceitos propostos pela filósofa Hannah Arendt em seu livro “A Condição Humana”. A autora define esfera pública como o espaço de ação dos indivíduos, ou seja, de visibilização na sociedade. É na esfera pública que o indivíduo se torna agente, participando do debate e deliberação coletiva. Uma vez que o indivíduo está envolvido em decisões que afetam, este obtém um senso de liberdade. Arendt (2007) destaca que a liberdade na esfera pública não é a liberdade de fazer o que quiser, mas a liberdade de

agir junto aos outros, de influenciar e ser influenciado pelas ações dos outros, criando uma rede de relações, uma sociedade. A autora também discute a ideia de que a esfera pública não é um espaço apenas de comunicação, mas também de julgamento. Quando alguém age publicamente, os outros têm a oportunidade de avaliar e dar significado àquilo que é feito.

A esfera privada, por sua vez, contrapõe-se à esfera pública. A esfera privada é definida como o espaço da vida cotidiana, do lar, das relações familiares e da propriedade (ARENDT, 2007). A autora vê a esfera privada como um local em que o indivíduo busca segurança e proteção, focando nas necessidades pessoais e na preservação da existência. A propriedade, nesse contexto, não se limita a bens materiais, mas inclui a própria vida, entendida como o que deve ser protegido da ação externa.

Há, também, uma relação intrínseca entre ambas as esferas, que, historicamente, passou por mudanças significativas. Arendt (2007) argumenta que, no mundo moderno, há uma valorização exacerbada do que é privado, o que resulta na diminuição da esfera pública. Ou seja, as ações e as decisões coletivas se tornaram subjugadas aos interesses privados e econômicos, enfraquecendo a ação política em prol do que é comum. A tendência de tratar a política como uma questão privada (e, portanto, focada no indivíduo e na proteção de seus direitos de propriedade) resulta em uma despolitização da vida pública, afastando o indivíduo do verdadeiro espaço de atuação.

Parece ser da natureza da relação entre as esferas pública e privada que o estágio final do desaparecimento da esfera pública seja acompanhado pela ameaça de igual liquidação da esfera privada. Nem é por acaso que toda a discussão veio a transformar-se num argumento quanto à desejabilidade ou indesejabilidade da propriedade privada. Pois a palavra «privada» em conexão com a propriedade [...] perde imediatamente o seu caráter privativo e grande parte de sua oposição à esfera pública em geral; aparentemente, a propriedade possui certas qualificações que, embora situadas na esfera privada, sempre foram tidas como absolutamente importantes para o corpo político. (ARENDT, 2007, p.70)

Coloco, aqui, em diálogo com a interseção das esferas, as ideias de Friedrich Engels (1984). Em seu livro “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, o autor realiza uma investigação acerca da evolução histórica do conceito de família, destacando como ela foi moldada por transformações sociais e econômicas em diferentes épocas e locais ao redor do mundo. Ele argumenta que o conceito de família não é natural e imutável, mas sim um produto de mudanças nas relações de produção e nas formas de organização social. No mundo moderno, a família - tradicional ocidental - está diretamente ligada à construção de uma sociedade baseada na propriedade privada. Uma vez que os homens detém o controle dos bens materiais, eles buscam controlar, também, as mulheres e filhos, instituindo um sistema

de herança patrilinear, onde seus bens materiais permanecem com sua linhagem. Esse controle se concretiza no patriarcado, onde a mulher passa a ser vista como propriedade do homem, por ser a responsável pela transmissão de sua linhagem. A mulher, portanto, perde sua posição de igualdade dentro da estrutura familiar e na sociedade (ENGELS, 1984). A propriedade privada, nesse contexto, é a responsável pela transformação da família em uma instituição patriarcal, o que contribui para a formação do Estado - que visa garantir a manutenção da propriedade privada - e para a perpetuação das opressões e desigualdades. Ou seja, a “esfera privada” influencia diretamente a “esfera pública”, assim como a “esfera pública” tem influência direta em um elemento próprio da “esfera privada”.

A reflexão de Arendt sobre comunidade emerge na interseção entre as duas esferas. Ela destaca que a verdadeira comunidade se forma quando os indivíduos, ao atuarem na esfera pública, criam vínculos de solidariedade que transcendem os interesses privados. A comunidade é a lacuna do mundo moderno. A comunidade, para a autora, não pode ser vista apenas como um agrupamento de indivíduos com interesses comuns, mas como um espaço dinâmico e plural onde as diferenças podem ser discutidas e resolvidas conjuntamente.

Ainda que Arendt não tenha formulado suas ideias antes da constituição dos *kibutzim*, estas acomodam-se muito bem para uma análise do fenômeno. No formato do *kibutz* a esfera pública e a esfera privada se entrelaçam, uma vez que este busca desenvolver comunidade. Além de repensar elementos da esfera pública para um futuro Estado judaico - como debate democrático, igualdade feminina, propriedades coletivas - inclusive roupas -, a imagem do judeu para o mundo, entre outros -, que foram colocados em prática na implementação dos primeiros *kibutzim*, os idealizadores do formato também buscaram repensar uma série de elementos da esfera privada, principalmente a estrutura familiar. Trago como exemplo um episódio que ocorreu nos primeiros anos de implementação de Degania Alef. Yosef Baratz e Miriam Ostrovsky formavam o único casal regular entre os fundadores de Degania Alef.

Embora Miriam e Yosef Baratz fossem casados, [o *kibutz*] era essencialmente uma comunidade jovem, sem filhos. Shmuel Dayan¹¹ propôs que nenhum outro casamento acontecesse por cinco anos, para preservar o modo de vida comunitário, mas ele logo quebrou a regra depois de se apaixonar pela bela Dvora, uma nova imigrante da Rússia. A *kvutzá*¹² não estava realmente pronta para o primeiro filho, Gideon, nascido de Miriam Baratz. De repente, em uma sociedade onde todas as propriedades eram mantidas em comum, havia uma criança que pertencia a um casal. [...] Yosef Bussel¹³ falou sobre a necessidade de parceria na criação dos filhos. “Não deve haver

¹¹ Outro membro fundador de Degania Alef.

¹² Transliteração de uma palavra em hebraico que significa “grupo”. A palavra *kvutzá* é a raiz da palavra *kibutz* na etimologia do idioma hebraico.

¹³ Mais um membro fundador de Degania Alef.

privacidade”, ele disse, de acordo com um protocolo antigo de Degania. “Toda privacidade interfere em nossa vida comunitária. Todos nós somos obrigados a participar das despesas de criação dos filhos — não apenas os pais.” (GAVRON, 2000, p.52)

Engels (1984) argumenta que, com a superação da propriedade privada e a abolição das classes sociais, a estrutura familiar baseada na subordinação feminina e no controle da herança se dissolverá, dando espaço para uma nova forma de organização social mais igualitária e cooperativa. Com inspiração “engeliana”, a partir do “primeiro filho do *kibutz*”, surgiram diversos questionamentos sobre educação infantil e responsabilidade para com as crianças entre os então membros. Degania Alef, assim como outros *kibutzim*, posteriormente, criou a “Casa das Crianças”, um lugar onde as crianças eram criadas e educadas por um dos membros do *kibutz* designado para tal função. Em Degania Alef, as crianças dormiam na casa de seus pais biológicos, porém, em outros *kibutzim* que se sucederam, as crianças viviam integralmente no local designado para sua criação.

Asi Garbaz (38 anos), israelense filho de brasileiros que cresceu no Kibutz Ramot Menache, conta sobre o sua criação na casa das crianças no *podcast* “E eu com isso?” do Instituto Brasil Israel. Ele relata que passou a viver na “Casa das Crianças” desde muito pequeno, com apenas alguns dias de vida, e que até o final da escola primária as crianças que lá viviam tinham quatro horas por dia (das 16h às 20h) para ficar com os pais biológicos, o que era chamado de “horários do amor”. Asi dá uma conotação positiva a esse modo de criação em seu relato, questionando a criação infantil capitalista. “Hoje em dia eu olho e [penso]: que família tem tempo de quatro horas por dia totalmente focado nas crianças?”, questiona Asi Garbaz. Já no documentário “Filhos do Sol” (2007), que compila relatos de adultos que foram criados na “Casa das Crianças” de diferentes *kibutzim*, parte dos relatos se refere a esse modo de criação como “um erro terrível”. Eles alegam que o desenvolvimento de sentimentos como amor e carinho eram incertos, uma vez que consideravam seus colegas da “Casa das Crianças”, com os quais cresceram juntos, mais familiares que seus próprios pais. Alguns contam, ainda, que, depois de adultos, se afastaram de seus pais biológicos por não ter conexão sentimental com eles ou tiveram problemas psicológicos relacionados ao abandono. Esse tipo de criação nos *kibutzim* seguiu até os anos 1970, quando, aos poucos, os *kibutzim* foram autorizando que as crianças dormissem na casa de seus pais biológicos.

A “Casa das Crianças” pode ter acarretado em diferentes consequências para os que foram criados lá, mas o fato é que os entusiastas do formato *kibutziano* não apenas debateram sobre o tema da família na sociedade que eles visavam criar, como, de fato, tentaram

reestruturar este que é um dos elementos da vida privada que seus ideólogos caracterizavam como capitalista, buscando se desvencilhar em todos os âmbitos desse sistema.

Pode parecer contraditório que os idealizadores dos *kibutzim*, apesar de defenderem ideais revolucionários para diversos âmbitos da esfera privada, queriam consolidar um Estado judaico no âmbito da esfera pública. Shlomo Avineri (2017) explicita as ideias de Borochoch que inspiraram tal posição:

Somente por meio do estabelecimento de uma sociedade judaica, controlando sua própria infraestrutura econômica, os judeus podem ser integrados ao processo revolucionário universal. Na linguagem de Borochoch, “a autonomia territorial política na Palestina é o objetivo final do sionismo. Para o sionismo proletário, este também é um passo em direção ao socialismo.” O verdadeiro internacionalismo conduz por meio do nacionalismo, não por ignorá-lo. (AVINERI, 2017, p.161)

Além da questão familiar, é importante ressaltar que os *kibutzim* buscavam desenvolver comunidade. Em seu princípio, Degania Alef não realizava assembleias, mas sim debates. “Nenhuma votação era feita [...] e eles [*kibutznikim*] continuavam conversando até que o consenso fosse alcançado. Os debates tendiam a ser ferozes e longos, às vezes durando até a manhã [seguinte]” (GAVRON, 2000, p.49), e sempre ocorriam no refeitório comunitário - lugar central da vida comunitária do *kibutz*. Além disso, a manutenção da identidade judaica era de extrema relevância para os membros. Além da identidade judaica ser o tecido que os une como povo e os configura como etnia, foi esta identidade que os causou tanto sofrimento devido ao antissemitismo na Europa. Diversas ações foram pensadas de forma coletiva para atingir tal objetivo comum: os *kibutznikim* buscaram ressignificar as festividades judaicas, “em particular, Pessach (Páscoa) recebeu um novo significado como o festival da primavera e da liberdade” (GAVRON, 2000, p.52); apesar de muitos membros falarem iídiche¹⁴, eles vinham de regiões diferentes - o que diferenciava o idioma - e o iídiche não representava a união do povo judeu mundialmente como o hebraico - o idioma ancestral do povo judeu, no qual as primeiras fontes sagradas estão escritas e que reflete a cultura judaica - além de que havia um ideal de que o hebraico fosse o idioma oficial do Estado judaico (AVINERI, 2017), então buscaram um professor para dar aulas de hebraico e definiram que esse seria o idioma usado nos debates; entre outras. Essas ações buscavam desenvolver a esfera pública do *kibutz* (Degania Alef, em especial), para que esta fosse mais relevante que o âmbito privado.

Na prática, houve muitos conflitos. A comunidade do *kibutz*, por mais que buscasse alcançar uma utopia *kibutziana*, não estava imune às adversidades da sociedade capitalista

¹⁴ Idioma baseado no alemão do século XIV, falado por judeus, especialmente os que vieram do Centro e do Leste Europeu

moderna, sejam estas oriundas de “fora” ou da própria mentalidade dos membros, que tinham a experiência capitalista prévia. Em entrevista para a *Anarchist Magazine*, o ex-membro de *kibutz* Gerardo Lattarulo há um ditado que diz: “a crise do kibutz começou no dia em que a primeira cafeteira pessoal entrou nas casas”. Em uma estrutura social onde tudo era compartilhado, ganhar - de algum amigo ou familiar de “fora” do *kibutz* - ou manter - desde a migração para a Palestina - uma cafeteira pessoal poderia causar discórdia entre os membros. Além disso, cooperação não era plena desde o princípio. “Alguns membros trabalhavam mais duro do que outros. Cada kibutz tinha um núcleo de líderes que revezavam as principais tarefas entre si; cada kibutz tinha seus “parasitas”, que não contribuíam com seus esforços totais para a comunidade” (GAVRON, 2000, p.33). Além de que foi muito difícil para diversos membros revogarem certos costumes do mundo capitalista, como a maternidade.

Dvora Dayan foi a segunda mãe [de Degania Alef]. [...] Ao contrário de Miriam, Dvora achou difícil continuar a vida comunitária depois de se tornar mãe. Ela adquiriu um fogão a querosene e algumas panelas, anunciando que cozinharía em casa e que não deveria ser escrita para trabalho ou refeições¹⁵. Foi quando o, normalmente quieto, Tanhum Tanpilov¹⁶ tomou medidas drásticas. Ele subiu ao andar superior onde Dvora e [seu parceiro] viviam e jogou o fogão e as panelas pela janela. A ação extrema (e atípica) de Tanpilov não resolveu, é claro, o problema, e a discussão continuou. (GAVRON, 2000, p.53)

Ainda assim, é evidente que houve incessantes diálogos sobre como se daria a relação entre a esfera pública e a esfera privada no *kibutz*, com algumas aplicações práticas.

Na prática, algumas iniciativas de economia solidária no Brasil desenvolvem ações em prol de uma comunidade. Parte dos assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, apresenta uma forma de organização comunitária que articula as esferas pública e privada de maneira complexa, buscando atender às necessidades de seus membros enquanto buscam transformar as relações sociais e econômicas nas áreas rurais. Os membros compartilham o terreno, tomam decisões coletivas e, muitas vezes, se organizam em cooperativas ou associações para dividir de forma equitativa os ganhos referentes à comercialização dos produtos produzidos (LEITE, 2012). Trago como exemplo, a seguir, o conjunto formado pelos assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguaçu (PR).

Os assentamentos possuem escolas, postos de saúde, igrejas, centros comunitários. Hoje, quase todas as casas são de madeira. As construções são simples, algumas

¹⁵ Tais ações eram consideradas afrontas à comunidade, uma vez que ninguém no *kibutz* tinha cozinha particular (todos comiam no refeitório comunitário) e que todos deveriam cumprir suas funções - trabalhos - para o bem comum.

¹⁶ Mais um membro fundador de Degania Alef.

quase rudimentares, mas não há grande disparidade entre as casas de uma mesma comunidade: as famílias se ajudam e evoluem juntas, no mesmo ritmo. (GIOVANAZ, 2017)

Esse movimento de cooperação entre as famílias é um esforço de alinhar a esfera privada - a educação dos filhos, que são parte da família; as construções que abrigam os lares; as crenças - com o funcionamento da esfera pública - o trabalho das famílias; os eventos do centro comunitário; o local de culto -, sendo esta postura um esforço de construção comunitária.

Já a Empreendedoras Sin Fronteras, é uma cooperativa formada por mulheres costureiras, empreendedoras e imigrantes bolivianas, que se juntaram durante a pandemia de COVID-19 e visa atuar na produção têxtil de forma consciente e trazendo remuneração justa para suas participantes. Algumas de suas ações reverberam positivamente em sua comunidade - de mulheres imigrantes bolivianas. Por exemplo, elas produzem peças como bolsas e roupas que possuem estampas e padronagens que carregam elementos da cultura boliviana, buscando viabilizar tal cultura, além de ressignificar a costura para as imigrantes bolivianas em São Paulo, uma vez que muitas delas já estiveram em situação análoga à escravidão na indústria têxtil. A cooperativa tem sede na Casa do Povo¹⁷, um local fundado em 1953 no bairro do Bom Retiro, em São Paulo. O bairro é marcado pela imigração, principalmente a judaica, a coreana e, mais recentemente, a boliviana. Tanto a Casa do Povo, quanto o próprio empreendimento que ela acolhe, também buscam estabelecer vínculo territorial através da identidade “imigrante”. Em conversa com algumas integrantes do empreendimento, elas me contaram que, para além da cooperativa, as mulheres envolvidas estabeleceram redes de apoio que auxiliam, por exemplo, no cuidado com os filhos. A iniciativa em si, porém, se atém ao labor, um elemento da esfera pública.

Reitero que não há, portanto, necessidade de vínculo comunitário para a implantação de uma iniciativa de economia solidária. Portanto, a economia solidária tem foco na transformação de elementos da esfera pública. Isso não é uma característica negativa, ainda mais conhecendo o histórico dos diversos conflitos comunitários que se desdobraram na experiência *kibutziana*. Mas sim, é um ponto de divergência entre ambos os fenômenos que busco analisar neste trabalho.

¹⁷ “A Casa do Povo foi erguida pelo esforço coletivo de uma parcela da comunidade judaica então chamada de “progressista”, originária da Europa Oriental, politicamente engajada e instalada majoritariamente no bairro do Bom Retiro. O espaço nasceu de um desejo duplo: homenagear os que morreram nos campos de concentração nazistas e criar um espaço que reunisse as mais variadas associações que tinham nascido aqui [no Brasil], na luta internacional contra o fascismo – visando assim dar continuidade à cultura judaica laica e humanista que o nazi-fascismo tentou silenciar na Europa.” (CASA DO POVO, s.d.) Por isso, à Casa, interessa acolher iniciativas com a Empreendedoras Sin Fronteras.

4.3. Palestina

A história das territorialidades na Palestina, região que foi moldada por um histórico de vários habitantes, governantes, culturas e conflitos, é complexa. Por região, me refiro à área de superfície terrestre delimitada com 4 fronteiras físicas: a oeste com o Mar Mediterrâneo, a leste com o Rio Jordão, a norte com as colinas do Golan e a sul com o Golfo de Aqaba. Tal região já teve diversos nomes, como Canaã e Judeia. Segundo Krämer (2008), o termo "Síria Palestina", por exemplo, remete aos filisteus - povo que habitou a região, aproximadamente, entre 1200 e 600 a.C. - e foi usado pelos romanos após a conquista do território no século II d.C., com o objetivo de apagar a conexão judaica com a terra e substituí-la por uma identidade greco-romana. “O nome “Palestina” em si não era novo, tendo já servido em fontes assírias e egípcias para designar a planície costeira do sul do Levante” (KRÄMER, 2008, p.14).

As fronteiras políticas da região têm sido fluidas e sujeitas a constantes mudanças ao longo dos séculos. O local já foi parte do Império Otomano, que administrava a área como parte da província da Síria entre 1517 e 1918. Com o fim do Império durante a Primeira Guerra Mundial, a região ficou sob controle britânico como parte do sistema de mandato da Liga das Nações. Os britânicos traçaram fronteiras com pouca consideração pelas diversas populações que viviam na região, um legado que influenciaria conflitos futuros (KRÄMER, 2008).

O nome "Palestina" se tornou um símbolo importante para árabes e judeus durante esse período. Para parte dos árabes, era um símbolo de resistência contra a dominação estrangeira; para parte dos judeus, representava uma desejada pátria; sendo que ambos possuíam vínculo com o território pela história de seu povo e marcos religiosos que, segundo as histórias para eles sagradas, ocorreram lá. À medida que os movimentos nacionalistas se fortaleciam, ambos os lados se identificavam cada vez mais com a terra, imbuindo-a de significado simbólico, para além do religioso. O desenvolvimento de ambos os nacionalismos, juntamente com as fronteiras fluidas e as realidades políticas em mudança, na região, preparou o cenário para os confrontos que se seguiriam (KRÄMER, 2008).

O fenômeno dos *kibutzim* teve sua teorização e primeiras implementações antes da guerra, em 1948, que resultou no estabelecimento do Estado de Israel e na reivindicação do Estado nacional palestino. Tal fenômeno está profundamente conectado com a história da

região da Palestina. Neste trabalho, o conceito usado para determinar o local onde o fenômeno ocorreu é “região da Palestina”, uma vez que o recorte temporal escolhido para este estudo não se estende até depois de 1948. Neste momento, quando se iniciam as migrações de judeus para tal região, o local ainda é uma região do Império Otomano (o que ocorreu em 1517-1917) e, posteriormente, do mandato britânico (1917-1948). Por isso, neste trabalho, Palestina se refere a uma região com fronteiras dúbias e não ao Estado da Palestina, reivindicado pelos árabes da região.

Os árabes da região se identificavam com diferentes religiões e nacionalidades, mas sua resistência à ocupação - seja britânica ou sionista -, acabou gerando identificação entre eles e se transformou em um movimento nacional árabe-palestino com o tempo (KRÄMER, 2008). Ressalto, porém, que, no momento escolhido para análise, todavia não há uma identidade nacional Palestina propriamente dita. Portanto, refiro-me a esse grupo como “árabes” - uma vez que tal determinação engloba diferentes comunidades da região -, não como palestinos.

É importante deixar claro que, neste trabalho, não me aprofundo nos pormenores do conflito Israel-Palestina. Apenas destaco elementos relevantes para a análise comparativa realizada neste estudo, como importância do território para os movimentos nacionais judaico e palestino, a percepção dos teóricos sionistas sobre a população existente na Palestina, assim como certas relações estabelecidas entre os primeiros *kibutznikim* e os árabes da região.

5. ASPECTOS DETERMINANTES

Primeiramente, gostaria de destacar as claras semelhanças entre as economias coletivas na região da Palestina e no Brasil. Em ambas as territorialidades as iniciativas possuem princípios cooperativos e coletivos, propriedade coletiva e distribuição equitativa de renda, democracia participativa e autogestão, solidariedade como base de relacionamento, além de ambas serem respostas a crises econômicas e desigualdades. Este trabalho, porém, tem como objetivo analisar os aspectos que geraram diferenças entre ambos os formatos, uma vez que tal análise é relevante para entender a aplicabilidade de economias alternativas em diferentes lugares do mundo. Por isso, a seguir, serão analisados aspectos que compõem as diferentes territorialidades que são determinantes para a implementação dos diferentes formatos de economias alternativas: as raízes estruturais de ambos os Estados, os impactos destas nos formatos cooperativistas que se dão em diferentes contextos e as motivações daqueles que constituíram as economias alternativas em cada local.

5.1. Raízes estruturais dos Estados

O processo de ocupação de ambos os territórios remonta à antiguidade. O foco da comparação neste trabalho, porém, se dá a partir do momento que Prado Jr. (1976) - no livro *História Econômica do Brasil* - chama de “ocupação efetiva”. A palavra “efetiva”, neste caso, nos indica que a tal ocupação cumpre com um objetivo pré-estabelecido por alguém que não se encontrava previamente no território. No caso brasileiro, o objetivo de garantir a soberania portuguesa em seus territórios na América e, no caso israelense, o objetivo de construir uma nação judaica. Em ambos os casos, chamaremos a “ocupação efetiva” de raízes estruturais do Estado, uma vez que foram estabelecidas as primeiras estruturas sociais e econômicas que serviram de base para a construção de ambos os Estados (Brasil e Israel). Em cada um dos territórios, a “ocupação efetiva” se deu em momentos diferentes da história mundial.

O Brasil começou a ser estruturado, de fato, pelo então Reino de Portugal e dos Algarves no terceiro decênio do século XVI. O Reino português apenas iniciou a “ocupação efetiva” décadas depois de seu conhecimento de que haviam as terras da América. Isso porque, a princípio, não havia valor econômico embutido nestas terras - não havia povos com os quais poderiam ser feitas trocas comerciais e ainda não havia sido localizada a existência de minerais preciosos (ALENCASTRO, 2000; PRADO JR., 1976). Foi apenas com a notícia

de que grupos franceses invadiram as terras portuguesas na América que a coroa portuguesa decidiu por incentivar sua ocupação. Porém, como não tinham valor comercial identificado inicialmente, eram percebidos pelos portugueses como “territórios primitivos e vazios” (PRADO JR., 1976, p.8). Tal percepção compôs o discurso de incentivo à ocupação.

Neste momento, a noção de nação ainda não era estabelecida e as elites europeias - os nobres - concretizavam sua acumulação primitiva, colecionando terras ao redor do mundo, o principal meio produtivo da época (MARX, 2013). Tal acumulação não se deu de forma pacífica, mas por meio de um conjunto de violências e expropriações, uma vez que estas terras não estavam desocupadas.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 2013)

Este era o cenário mundial à época do início da estruturação do que viria a ser o Brasil, com o sistema capitalista se consolidando e a colonização como método para garantir a acumulação de capital e a supressão de formas pré-capitalistas de produção e propriedade (MARX, 2013).

A violência da colonização portuguesa para com os povos nativo-americanos é um claro exemplo dessa supressão. Esses povos habitavam a área que viria a tornar-se o território do Estado nacional brasileiro de forma diversificada, organizando-se em diversas etnias, cada uma com suas próprias culturas, idiomas e modos de vida. A organização social variava amplamente entre os grupos, com algumas sociedades complexas e outras compostas por pequenas tribos. A subsistência era, na maioria dos casos, baseada na caça e pesca, na coleta silvestre e na agricultura (FREYRE, 2003). Tais atividades, ainda que fizessem parte de uma divisão do trabalho dentro de cada um dos grupo, não estavam integradas entre as diferentes sociedades indígenas, ou seja, não havia sistemas complexos de troca e de acumulação de bens, o que deixava tais sociedades fora do mercado capitalista que estava em formação (ALENCASTRO, 2000). Segundo o autor Luiz Felipe de Alencastro (2000), os colonos portugueses utilizaram de diversas estratégias e violências para tomar as terras dos indígenas - terras com recursos que poderiam ser comercializados no mercado capitalista - e forçá-los a fornecer sua força de trabalho para os propósitos coloniais - uma vez que não eram reconhecidos como sujeitos de direito -, integrando-os, portanto, no sistema capitalista. Acrescento aqui que esse processo desestruturou grande parte das sociedades indígenas,

suprimindo seus modos de vida, suas divisões sociais e suas culturas, sendo algumas delas amplamente interligadas com a natureza e com certas práticas coletivistas e comunitárias.

Alencastro (2000) explica que a força de trabalho indígena, ao longo do tempo, se mostrou ineficaz aos propósitos coloniais. Entre outros motivos, a resistência dos indígenas ao trabalho forçado - desde fugas à confrontos violentos organizados pelos diversos grupos - e a alta taxa de mortalidade indígena, resultante da propagação de doenças trazidas pelos colonos - como varíola, sarampo e rubéola -, levaram os portugueses a repensarem a estratégia de exploração do trabalho nas colônias. Para os colonizadores, a utilização de força de trabalho africana foi uma solução mais eficiente (ALENCASTRO, 2000, p.126).

Diversos são os fatores que propiciaram tal utilização na América portuguesa: os africanos possuíam uma resistência imunológica melhor que a dos nativo-americanos ; eles não tinham experiência ou vínculo com a terra, ao contrário dos indígenas - que viam a terra e seus recursos como elementos de suas próprias culturas, e não como algo a ser dominado e explorado de acordo com as regras dos europeus, além de terem ampla experiência com os biomas sul-americanos - e, portanto, sua escravização não implicava na mesma resistência; o fato de o tráfico negreiro ser extremamente lucrativo para a metrópole portuguesa; entre outros (ALENCASTRO, 2000).

Dado fundamental do sistema escravista, a *dessocialização*, processo em que o indivíduo é capturado e apartado de sua comunidade nativa, se completa com a *despersonalização*, na qual o cativo é convertido em mercadoria na sequência da reificação, da coisificação, levada a efeito nas sociedades escravistas. Ambos os processos transformam o escravo em fator de produção polivalente, e apresentam-se como uma das constantes dos sistemas escravistas estudados por historiadores e antropólogos. (ALENCASTRO, 2000, p.144)

Acrescento aqui, no caso dos escravizados africanos, a “desterritorialização”, que foi quebrada pela resistência deles próprios aos trabalhos forçados. “Escravos negros fugidos e recapturados, já familiarizados com os trópicos americanos, perdiam preço no mercado interno, porque passavam a ser considerados como fomentadores de revoltas e quilombos” (ALENCASTRO, 2000, p.146). Toda essa construção do escravismo no Brasil colonial, ainda que sucedidas por outros sistemas de trabalho até o estabelecimento do Estado nacional brasileiro, é parte da raiz da sociedade nacional e tem implicações profundas sobre as relações no Brasil, que perduraram até os dias atuais e serão aprofundadas no próximo tópico deste trabalho.

Quanto à região da Palestina, a “ocupação efetiva” apenas se inicia após um longo processo vivido pelos judeus na Europa. No fim do século XIX, o cenário mundial era de

grande tensão. A colonização - ainda que em um formato renovado, o imperialismo - como método de reprodução do sistema capitalista estava no auge: os nacionalismos estavam aflorados e os países europeus, principalmente, disputavam colônias e mercados ao redor do mundo, para, respectivamente, conseguirem recursos e escoarem sua produção após a Revolução Industrial. A comunidade judaica europeia estava inserida nesse contexto.

A autora Gudrun Krämer (2008) explicita que, neste momento, a Palestina era escassamente povoada fora das colinas e cordilheiras interiores, o que pode ser observado em fontes escritas e fotografias aéreas da época. Os dados registrados sobre a demografia da região até o fim do século XIX são poucos e pouco precisos. Ainda que houvesse população local, “a Palestina era vista e apresentada como vazia, miserável e desolada” (KRÄMER, 2008, p.128). Mesmo com tal percepção, os pensadores do Sionismo, que se aprofundaram mais no estudo da região para a viabilização do Estado judaico, sabiam da existência da população local e, principalmente, dos habitantes árabes e se manifestaram sobre o tema. Theodor Herzl (1860-1904) e Achad Ha’am (1856-1927)¹⁸, por exemplo, deixavam claro em seus escritos que a relação dos judeus com outros povos na Palestina deveria ser pacífica, sendo o primeiro a favor de “um acordo político com o sultão otomano” (GAVRON, 2000, p.43) para o estabelecimento do Estado judaico - ou seja, ele reconhecia a autoridade local. Gordon, por sua vez, reconhecia a forte identificação dos árabes da Palestina com o território pelo próprio trabalho com a terra e, para eles, os judeus tinham muito o que aprender com os árabes, o que geraria estreitamento de relações e não conflitos. Já Borochoy sugeria que judeus e árabes superariam as diferenças étnicas e culturais em prol dos interesses de classe, vendo-os como aliados. Pode-se concluir, portanto, que a percepção de que a Palestina era uma região “vazia” repercutiu na Europa à época, mas não alastrou o caráter prático do pensamento Sionista. (MIRAGAYA, 2019)

A “ocupação efetiva” da região da Palestina, então, começa com a primeira onda de *aliá*¹⁹, em 1882. Apesar de que desde a antiguidade existem comunidades judaicas remanescentes na região da Palestina, principalmente em Jerusalém - uma cidade sagrada para os judeus - e outras cidades de importância religiosa - como Hebron, Safed e Tiberíades -, foi o aumento do antissemitismo na Europa que impulsionou a migração judaica para a região (GAVRON, 2000).

¹⁸ Theodor Herzl foi um jornalista judeu austro-húngaro que se tornou fundador do Sionismo Político. Achad Ha'am é o pseudônimo literário de Asher Zvi Hirsch Ginsberg, um filósofo e ensaísta judeu ucraniano que se tornou fundador do Sionismo Cultural.

¹⁹ Transliteração de uma palavra em hebraico que significa “ascensão”. Se refere ao ato de judeus migrarem para Israel.

O ódio aos judeus não era novo, mas desta vez foi marcado pelo racismo e pelo determinismo: seu objeto não era a religião judaica, mas a raça judaica. A religião pode ser mudada; a raça não. Em uma era de crescente secularização, o ódio religioso pode parecer uma coisa do passado, mas o ódio racial era moderno e atual: falava na linguagem do Darwinismo científico. (SHAPIRA, 2012, p.13)

Este processo de redução dos judeus apenas à sua raça pode ser caracterizado como “desumanização”. Esse termo diz respeito à inferiorização, exclusão social e, no limite, aniquilamento de determinado grupo de pessoas não mais consideradas propriamente humanas. “Nesse sentido, entende-se por “humano” não simplesmente a vida biológica, mas algo maior, que abrange princípios e valores inscritos em uma cultura, em um contexto social e político” (SANTANA, 2022).

Em oposição a tal processo, os judeus buscavam se reafirmar como sujeitos de direito. Esse esforço tomou diversos formatos como a sugestão de assimilação dos judeus ou a integração dos judeus à luta operária internacional. Foi o nacionalismo judaico, porém, que conciliou respostas à crise social que empurrava os judeus para a exclusão e à valorização dos nacionalismos. Tal conciliação não se estabeleceu como pensamento hegemônico entre os judeus em um primeiro momento.

A oposição ao sionismo [...] unificou muitos e variados grupos: ultraortodoxos e assimilacionistas, revolucionários e capitalistas, sonhadores e pragmáticos. Havia aqueles que se opunham à ideia porque acreditavam que uma solução melhor para o “problema judaico” poderia ser encontrada dentro de uma estrutura mais universal. Outros oponentes estavam preocupados com seu status como cidadãos com direitos iguais nos países onde viviam. Outros ainda achavam o sionismo muito revolucionário ou excessivamente conservador. (SHAPIRA, 2012, p.5)

O Sionismo, porém, trazia uma perspectiva de autodeterminação que legitimava os judeus como sujeitos de direito: a categorização da comunidade judaica como povo. Pensadores sionistas como Moses Hess (1812-1875)²⁰ e Herzl, inclusive, discorreram não apenas sobre o direito do povo judeu em construir uma nação, mas também sobre a importância desta nação para a sociedade mundial, possuindo valor intrínseco e indissociável da cultura global (SHAPIRA, 2012).

Uma característica dos movimentos nacionais europeus (e o sionismo foi um dos mais recentes) era um apelo à legitimidade, e a legitimidade geralmente se baseava em uma genealogia que testemunhava a antiguidade da nação, seus direitos históricos ao território e soberania, a beleza de sua cultura nacional e sua contribuição à cultura mundial. A genealogia do povo judeu se baseava na Bíblia [...]. Afinal, os judeus oravam todos os dias pelo retorno a Sião. Em cada Páscoa eles recitavam, “No ano que vem em Jerusalém,” e em cada jejum de Nove de Av eles lamentavam a destruição do Templo. [...] O anseio por Sião era certamente um componente intrínseco da psique e dos sentimentos judaicos. (SHAPIRA, 2012, p.15)

²⁰ Moses Hess foi um filósofo judeu alemão que se tornou um dos precursores das ideias sionistas.

O Sionismo, apesar de refletir esse desejo, se afastava dos preceitos religiosos. Estes traziam a perspectiva de que o povo judeu voltaria à sua terra com a chegada do Messias²¹. O Sionismo, por sua vez, propunha um retorno imediato legitimado pela história judaica bíblica. “Em vez de aguardar passivamente a vinda do Messias, o povo judeu tomaria seu destino em suas próprias mãos e transformaria sua situação por meio de sua própria ação” (SHAPIRA, 2012, p.15).

Os sionistas colocaram seus ideais em prática rápido e da forma que era possível naquele momento. O Império Otomano determinava que “estrangeiros, incluindo judeus, [...] só podiam obtê-las [terras] por meio de compra, e somente nos lugares onde era disponibilizada a eles pelas autoridades ou pelos moradores locais” (KRÄMER, 2008, p.113). Filantropos judeus, como o Barão Edmond Rothschild (1845-1934), principalmente, disponibilizaram quantias monetárias para a compra de terras na Palestina e as compras eram organizadas pelo Escritório de Assentamento Sionista, instituição fundada para tal propósito (GAVRON, 2000). Para além do auxílio financeiro, o peso do *status* de barão nas compras de terras ajudava muito. “Até a era do mandato [britânico], os compradores judeus compravam principalmente terras não cultivadas ou escassamente povoadas” (KRÄMER, 2008, p.122), como era o caso do vilarejo de Umm Juni, onde se estabeleceu Degania Alef.

O processo de compra de terras não foi livre de conflitos. Por um lado, tais aquisições e a presença judaica nessas terras ajudavam a economia capitalista local - o que, de certa forma, conflita com os ideais sionistas-socialistas, mas era justificável começar desta forma para desenvolver uma nova sociedade gradativamente. “Fazendas e plantações de propriedade de judeus, bem como os assentamentos recém-estabelecidos, atraíram moradores de vilas árabes próximas em busca de novas oportunidades de trabalho e renda” (KRÄMER, 2008, p.113), além de beneficiarem os donos das terras que foram compradas, movimentando o mercado de terras e imóveis. Este mercado, porém, não era muito bem regularizado pelo Império Otomano: até 1925, três quartos da superfície total da Palestina ainda não eram pesquisados e não figuravam no registro de terras e as terras registradas “nos casos mais raros continham mapas para estabelecer sua posição e limites exatos” (KRÄMER, 2008, p.82). Por outro lado, parte das terras não cultivadas eram usadas para outros propósitos - como pasto, arrendamento ou local para acampamento beduíno. A compra judaica dessas terras prejudicou em algum nível pastores, arrendatários, trabalhadores do campo, pastores e nômades

²¹ Transliteração de uma palavra em hebraico que significa “ungido”. No judaísmo, o Messias é uma figura salvadora e libertadora que anunciará e liderará o mundo vindouro.

beduínos. Além disso, os proprietários das terras próximas às comunidades judaicas, remanescentes na região desde a antiguidade, perceberam que a demanda para essas terras havia aumentado e aumentaram os preços de venda. Os judeus, então, passaram a comprar terras com valor mais acessível, onde originalmente não havia população judaica (KRÄMER, 2008). Como resultado, as compras de terras judaicas foram gradualmente expandidas para locais com maior população árabe, o que gerou os primeiros conflitos violentos entre os judeus assentados e os árabes locais. Tais conflitos foram uma consequência dos acontecimentos daquele contexto. Ainda assim, como vimos anteriormente, os embaixadores do pensamento Sionista, não previam nem desejavam este tipo de relação local e, por isso, a maioria dos assentamentos judaicos buscava uma relação pacífica.

Os financiadores apoiavam o ideal sionista, mas não necessariamente no formato *kibutziano*. O formato do *kibutz*, porém, se mostrou o mais adequado para estabelecer os assentamentos nas terras recém compradas, pois visavam cultivar a terra e desenvolver uma comunidade local - ponto importante para os imigrantes, recém chegados à Palestina. Os ideais sionista-socialistas guiavam tal formato, que certamente foi influenciado por outras iniciativas coletivistas na Europa e até pela experiência judaica do *shtetl*²². Entre esses ideais estava a “conquista do trabalho”, que determinava, baseado no pensamento de Gordon, que “somente pelo trabalho físico judaico a terra poderia ser redimida e uma nação judaica restabelecida²³” (GAVRON, 2000, p.44). Por isso, quando alguns sionistas-socialistas chegaram à região da Palestina nos primeiros assentamentos estabelecidos, ficaram furiosos ao ver que havia camponeses árabes trabalhando para supervisores judeus no campo e guardas beduínos que faziam a segurança dos assentamentos - os sionistas-socialistas também insistiam que os judeus deveriam empreender sua própria autodefesa (GAVRON, 2000). Além disso, a contratação da população local era uma forma de subjugar-los, o que era contra a proposta igualitária do Sionismo-Socialista. Os fundadores de Degania Alef, por exemplo, tinham uma relação amigável com seus vizinhos árabes, em um primeiro momento.

Os árabes, que permaneceram na parte de Umm Juni não comprada pelo Escritório de Assentamento, os ensinaram sobre agricultura; eles forneciam medicamentos aos árabes. Eles exultavam na liberdade de administrar seu próprio trabalho depois de trabalhar para outros e, embora admitissem sua falta de conhecimento e experiência,

²² Transliteração de uma palavra em iídiche que significa “cidadezinha” e se refere a povoações ou bairros de cidades com uma população predominantemente judaica, principalmente na Europa Oriental. A sensação de comunidade que pairava sobre esses lugares está muito bem relatada por Moacyr Scliar no texto “Entre o *shtetl* e o *gulag*: vozes do judaísmo russo”.

²³ A outra vez que foi estabelecida foi nos tempos bíblicos.

eles proclamavam que possuíam “a capacidade de trabalhar, autoconfiança e fé”. (GAVRON, 2000, p.45)

A aspiração pelo trabalho judaico na terra era também uma forma mudar a imagem do judeu construída na Europa. Em oposição à imagem antissemita dos judeus, amplamente difundida na Europa através de mitos e propaganda, os judeus buscavam ressignificar sua imagem, atribuindo características heróicas aos que se propunham a viver nos assentamentos na Palestina e reforçando tal atribuição através da disseminação de imagens - fotografias e ilustrações que se assemelhavam muito à propaganda soviética.

Eles devem ser jovens, saudáveis, fortes, prontos para empreender qualquer tipo de trabalho físico árduo, viver uma existência espartana, não ter compromissos conflitantes (como uma família), saber hebraico, aceitar um modo de vida comunitário e, o mais importante, ser altamente motivados para enfrentar as dificuldades da vida em Eretz Israel. O arquétipo dessa elite era o *chalutz*²⁴. (GELBER, 1996, p.445)

O *chalutz* é, portanto, o ideal de cidadão do então futuro Estado judeu. As imagens abaixo apresentam as características de tal arquétipo e eram parte da tentativa de superação da imagem antissemita dos judeus.

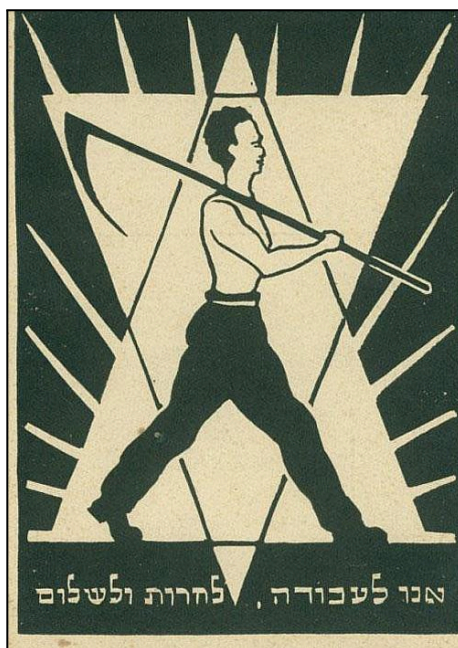
FIGURA 1: UMA TRABALHADORA CARREGANDO PEDRAS EM UM CARRINHO DE MÃO



FONTE: Revista Davar, Nadav Man, 1937.

²⁴ Transliteração de uma palavra em hebraico que significa “pioneiro”. Arquétipo de imigrante judeu que se estabeleceu na região da Palestina no início da “ocupação efetiva”.

FIGURA 2: CARTAZ COM OS DIZERES “SOMOS PELA LIBERDADE, PELO TRABALHO E PELA PAZ”



FONTE: The Palestine Poster Project Archives, Circa 1930.

As raízes de cada um dos Estados, portanto, se deram a partir de preceitos bem diferentes. Pode-se identificar que ambos os territórios tinham um estigma de serem “vazios” no momento de sua “ocupação efetiva”, ainda que os ocupantes soubessem da existência das populações locais. Esta, porém, ocorreu no Brasil no início do estabelecimento do sistema capitalista mundialmente e na região da Palestina com o sistema capitalista mundial em seu auge, gerando crises políticas entre os dominantes do sistema. As terras no Brasil foram tomadas pelos colonizadores, já na região da Palestina, as terras foram compradas para se iniciar a “ocupação efetiva”. O trabalho, nestas terras, foi fundamentado de maneiras muito diferentes, sendo o Brasil marcado pela escravidão indígena e africana, que desumanizava os escravizados, e os assentamentos sionistas pré-Estado de Israel marcadas pelo trabalho judaico livre e optado, que buscava superar a narrativa de desumanização antissemita e o subjulgamento de outros povos. É razoável supor que os judeus se identificavam profundamente com as terras para a qual trabalhavam, assim como os povos indígenas pré-cabralinos, mas diferente dos africanos - que tiveram que buscar identificação em terras brasileiras - e dos portugueses - que viam as terras brasileiras como um recurso a ser explorado.

O desenvolvimento inicial de economias alternativas, portanto, aconteceu em territorialidades muito diferentes da história mundial e da trajetória de cada local: na região da

Palestina, estas foram uma resposta à exclusão social dos judeus da Europa, e se tornaram as raízes da criação do Estado; no Brasil, estas foram uma resposta à uma crise do próprio Estado, que gerou uma crise empregatícia e social a partir de uma dívida externa em 1981.

5.2. Impactos

As diferenças das trajetórias nacionais impactaram em como os diferentes formatos de economias alternativas se estabeleceram nas diferentes territorialidades. A análise das consequências desse impacto permite uma compreensão mais aprofundada da sociedade de cada um dos locais.

No Brasil, o passado colonial escravista deixou uma marca pujante nas relações sociais do país. O sistema escravista, para além da exploração do trabalho, envolvia também um modo de organização social que reproduzia desigualdades e garantia a perpetuação destas em diversos âmbitos. Muitos são os exemplos das repercussões dessa reprodução social escravista na sociedade brasileira. No âmbito da esfera pública, podemos destacar como reverberações da escravidão a violência nas cadeias brasileiras - uma vez que se um escravizado que cometia um crime ficasse na cadeia “de férias”, sem trabalhar, não seria de fato punido, mas sim beneficiado e esse pensamento corroborou com a permissão de torturas aos escravizados nas prisões na época escravista, ação que deixou sua marca no sistema prisional brasileiro -, a alta porcentagem de população negra integrante das classes econômicas mais baixas - uma vez que os negros trabalhavam sem remuneração na época escravista e, quando foram libertos, não tinham capital e tiveram que, a partir do zero, desenvolver-se economicamente -, a falta de representatividade negra na política brasileira - uma vez que a esmagadora maioria da população negra era analfabeta à época da abolição do escravismo e, nessa época, os analfabetos não podiam votar -, além dos diversos casos de escravidão moderna que todavia assombram a sociedade brasileira (ESCOLA DA CIDADE, 2017). Este trabalho, porém, visa explorar a reverberação na esfera privada.

Claro, as duas esferas se entrelaçam ao longo da história brasileira. As ações na esfera pública interferem diretamente na vida privada. O escravismo não se restringia ao labor, sendo todas as áreas da vida dos escravizados controladas pelo senhorio. A família, no sentido civil, por exemplo, não era válida para escravizados: os casamentos não tinham valor jurídico - não havia obrigatoriedade de manter o casal junto em uma possível venda dos escravizados - e os pais não tinham direito para com seus filhos - sendo estes filhos propriedades, também,

de seu senhorio e também podiam ser separados dos pais em uma possível venda (ESCOLA DA CIDADE, 2017). A desestruturação de famílias brasileiras é uma das formas como esse passado se reflete no Brasil atual, como traz o levantamento da Fundação Getúlio Vargas que 90% das mulheres que se tornaram mães solo entre 2012 e 2022 são negras (FEIJÓ, 2023).

Também podemos exemplificar tal entrelaçamento com o caso das Mucamas²⁵, que exacerba as desigualdades para além das raciais, mas também de gênero, e que reverberam desde o escravismo colonial à sociedade moderna. A seguir, a transcrição de um trecho do vídeo “Documentário MUCAMAS”, do Coletivo Nós, Madalenas.

Mucamas eram as mulheres negras trazidas [da África] para serem escravas de estimação das Sinhás. Elas cuidavam do serviço doméstico da Casa Grande; da criação e amamentação dos filhos da família; cozinhavam para os seus donos, mas moravam na senzala com os outros negros. O trabalho doméstico é uma das profissões mais antigas que existem no Brasil, presente no país desde a sua colonização há 515 anos. (COLETIVO NÓS, MADALENAS, 2016)

Ou seja, além de o escravismo usurpar o direito das escravizadas a uma vida privada, muitas delas eram cooptadas para servirem na vida privada de seus senhores. Servirem com sua força de trabalho para o ambiente doméstico, mas, muitas vezes, também com seu corpo - eram recorrentes os abusos sexuais às Mucamas, seja pelos seus senhores ou pelos seus filhos já crescidos, que foram amamentados pelas próprias, além do tratamento hostil de muitas senhoras, que se enfureciam com ciúmes do marido e descontavam nas Mucamas (FREYRE, 2003). A partir do trabalho das Mucamas, o trabalho doméstico tornou-se, no Brasil, uma função que geralmente não é realizada pelos próprios donos da casa nas classes mais altas, além de ser prioritariamente realizada por mulheres. “O uso exclusivamente feminino do substantivo na Colônia e no Império demonstra a especialização econômica da mulher cativa no trabalho doméstico e no aleitamento dos filhos dos senhores” (ALENCASTRO *et al.*, 1997).

Com o fim da escravidão, abriu-se um mercado para quem realiza serviços domésticos: as empregadas domésticas. Ainda assim, o capitalismo tenta cercear esse mercado. Existem diversos casos de mulheres que, hoje, passam por situações análogas à escravidão em trabalhos domésticos. Regina Oliveira (48 anos), empregada doméstica, conta do primeiro emprego que teve quando se mudou para São Paulo: “Eu morava na casa de uma família que era professora, mas lá eu fazia tudo, trabalhava, mas sem salário, entendeu? Pela

²⁵ A palavra “mucamas” vem da palavra *mukamas*, do idioma quimbundo, que “refere-se aos escravos domésticos de ambos os sexos, cativos do próprio povo ambundo nas aldeias nativas de Angola” (ALENCASTRO *et al.*, 1997).

moradia e pela comida” (COLETIVO NÓS, MADALENAS, 2016). Como, no passado, as escravizadas que realizavam esse trabalho e não eram remuneradas - constituindo a base do capitalismo da época e aumentando as margens de lucro do seu senhorio - há uma dificuldade de calcular os verdadeiros custos do trabalho doméstico na atualidade. Além disso, esse mercado se apropriou de comportamentos próprios das relações de escravidão para com as prestadoras de serviço: muitas empregadas domésticas sofrem situações de abuso no trabalho, assédios dos empregadores, descaso com o pagamento dos salários e dos encargos trabalhistas, jornadas de trabalho abusivas, entre outras situações. Jaidete Maria (47 anos), hoje professora, conta de uma patroa que teve quando era empregada doméstica: “A minha patroa... segundo ela, ela havia registrado minha carteira. Só que ela só assinou minha carteira, mas ela nunca pagou nenhum mês do INSS” (COLETIVO NÓS, MADALENAS, 2016). Tais abusos são, por vezes, invisibilizados, por acontecerem no ambiente privado, o senso comum diz que “não se lava roupa suja fora de casa”, portanto o que acontece com as trabalhadoras dentro da casa “fica dentro de casa”. O trabalho doméstico, porém, é uma atividade que viabiliza o trabalho dos empregadores e, embora esteja relegado e escondido do espaço público e aconteça a maior parte do tempo no espaço privado, possibilita muitas das atividades da esfera pública. Jaidete Maria deseja que “os patrões possam enxergá-las [as empregadas domésticas] com olhos diferentes, porque um precisa do outro, não as ver como antigamente, no tempo da escravidão” (COLETIVO NÓS, MADALENAS, 2016).

Cada vez mais as empregadas domésticas vêm se reconhecendo como categoria política e denunciando esses abusos. Uma das formas recentes de denúncia é através das redes sociais. A página “Eu empregada doméstica” no Instagram²⁶, por exemplo, tem denunciado anonimamente as diversas situações, por vezes humilhantes, que ocorrem com as empregadas domésticas brasileiras. Outra forma, mais institucionalizada, é a formação do Sindicato das Empregadas Domésticas, que, em 2013, conseguiu aprovar no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional conhecida como “PEC das Domésticas”, que garante direitos trabalhistas para as empregadas domésticas. Com tal instituição formada, as prestadoras de serviços domésticos podem reivindicar seus direitos trabalhistas de forma mais adequada, com suporte político e jurídico. Em um relato anônimo na página “Eu empregada doméstica”, uma ex-empregada doméstica conta que “se sentiu rica” ao receber o FGTS depois de sua demissão. Ainda que, cada vez mais, a questão do trabalho doméstico venha tornando-se uma

²⁶ Rede social *online*.

questão pública, pode-se verificar que o adentrar do trabalho na vida privada remete diretamente ao passado escravista.

O ambiente da senzala, geralmente construído em forma de pavilhão ou barracão (ALENCASTRO *et al.*, 1997), também era uma das formas de usurpar a vida privada dos escravizados. A arquitetura da senzala dificultava a higiene pessoal e as atividades sexuais, uma vez que a privacidade era quase inexistente. Era, porém, na senzala, onde muitas revoltas eram organizadas. “Os dados [...] sugerem que os escravos teciam laços de ajuda mútua dentro da senzala” (ALENCASTRO *et al.*, 1997, p.230), por exemplo, quando chegavam novos escravizados, os antigos ensinavam as técnicas agrícolas, os costumes dos brancos, algumas palavras em português, entre outros conteúdos (FREYRE, 2003). Os laços evoluíam, certas vezes, para a elaboração de alguma ação conjunta, como revoltas. Por mais que os senhores vigiassem a senzala e os ambientes de trabalho forçado, além de, por vezes, tentarem dividir politicamente os escravizados, para que eles não se amotinasse, o desejo de liberdade “falava mais alto” e as ações para conquistá-la ocorriam de tempos em tempos (ALENCASTRO *et al.*, 1997). Além disso, o fenômeno do quilombo²⁷ traz à história do Brasil uma perspectiva comunitária.

Pode-se verificar, portanto, que a ajuda mútua ocorre em circunstâncias adversas, as quais os envolvidos querem superar. A economia solidária recupera, mais a frente na história brasileira, esse preceito, por exemplo, com a recuperação de empresas em processo de falência pelos seus trabalhadores, através da transformação desta em uma cooperativa (COOPCENTTV, 2013). Aprofundaremos nas motivações para a economia solidária no próximo tópico.

Na região da Palestina, os elementos sociais que circundam o fenômeno do *kibutz* são outros. Os fundadores do conceito *kibutziano* eram intelectuais estudados na Europa e, em sua maioria, judeus seculares. Antes de Degania Alef, havia assentamentos judaicos na Palestina que buscavam criar comunidade, porém que não tinham preceitos socialistas e, em sua maioria, eram religiosos (GAVRON, 2000). Os *kibutzim* buscavam aplicar os princípios socialistas e se afastar de uma interpretação religiosa do judaísmo - criando, inclusive, práticas seculares para eventos judaicos. Isso acabou afastando setores, como grande parte dos ortodoxos e ultra ortodoxos, do movimento *kibutziano* - apesar de haver uma pequena intersecção. Além disso, a exclusividade do trabalho judaico nas atividades do *kibutz* não

²⁷ A palavra “quilombo” vem da palavra *kilombo*, do idioma quimbundo, que significa “acampamento”. Neste contexto, porém, utilizo neste texto como o local onde escravos fugitivos se refugiavam juntos e, muitas vezes, buscavam auxiliar uns aos outros para sobrevivência.

promoveu a inclusão de árabes e outras populações locais no movimento - não como empregados terceirizados, mas sim como membros de *kibutzim* -, o que dificultou o alcance do ideal de Borochoy. Ou seja, o formato *kibutziano* não busca uma justiça social para todos, apenas para os judeus, excluindo as populações palestinas do projeto de Estado.

Os *kibutzim*, porém, têm seu mérito no desenvolvimento comunitário entre os membros. Ainda que muitos dos primeiros *kibutznikim* não tenham vivido em um *shtetl*, tal vivência se fazia presente no imaginário judaico à época, tanto que, mais tarde, “Israel se apropriou da comunidade de lembrança dos judeus que pereceram como uma espécie de passado não israelense que serve como uma base emocional comum para todos os judeus do mundo” (SHAPIRA, 2012, p.465). Além disso, todo o propósito do movimento sionista, do qual o *kibutz* era parte, tinha a ver com a continuidade do povo judeu na Palestina e a maneira na qual os judeus perpetuavam sua identidade na diáspora era através do vínculo comunitário. Os *kibutzim*, consciente ou inconscientemente, reproduziram tal comportamento.

Uma comparação importante de ser feita é que os primeiros *kibutzim* possuíam financiamentos de doações de judeus sionistas na diáspora e, principalmente, filantropos. O capital inicial é, porém, um dos principais desafios para as cooperativas no Brasil, uma vez que investir em iniciativas solidárias, na maioria das vezes, não é lucrativo (CANALGOV, 2015).

5.3. Motivações

A motivação dos primeiros *kibutznikim* era colocar em prática os ideais do Sionismo-Socialista. Os pioneiros do *kibutz* queriam concretizar o sonho de um Estado judeu não apenas estabelecendo fronteiras para um local que abrigasse lar nacional judaico - em um terreno com muitos desafios -, mas também no sentido de reestruturar tal conceito, ou seja, construir um Estado mais igualitário a partir da prática coletivista (AVINERI, 2017). Não apenas um Estado, os pioneiros visavam construir uma nova sociedade, sendo o *chalutz* o cidadão ideal dessa sociedade. Os desafios impostos pela região, como o clima desértico de certas áreas da Palestina, não facilitavam o assentamento judaico, resultando, por vezes, em escassez de recursos. Para o autor Piotr Kropotkin (2009), em uma situação de escassez, deve haver cooperação para que todos subsistam. Em uma lógica similar se consolida a cooperação *kibutziana*.

Já no Brasil, embora o país tenha uma grande diversidade social, este enfrenta vários desafios relacionados à exclusão social - por gênero, raça, sexualidade e/ou outros motivos -, precarização do trabalho e desigualdades econômicas. A economia cooperativa no Brasil pode ser uma resposta a esses desafios (COSTA e DE JESUS, 2017), por isso muitos brasileiros são motivados a buscarem práticas de economias alternativas.

Com o segundo choque do petróleo, em 1973, o Brasil entrou em uma crise econômica vinculada à uma dívida internacional e uma alta taxa de desemprego. A economia solidária se coloca, neste momento, como alternativa econômica. Em 2003, impulsionada pelos debates que estavam acontecendo nos encontros do Fórum Social Mundial desde 2001, que houve a inserção de políticas públicas para a economia solidária na plataforma de governo brasileiro e a formação da SENAES - da qual Paul Singer foi secretário - dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (INCOP, 2020).

Em sua primeira década, a SENAES tinha a diretriz de “ajudar os trabalhadores sem trabalho a se organizar em cooperativas” (SINGER, 2014). Para cumprir tal diretriz, diversas foram as ações realizadas: alteração da legislação - para que o cadastro das cooperativas fosse autêntico e para que os direitos trabalhistas fossem garantidos aos cooperantes, agora donos dos empreendimentos -, a criação do Programa de Fomento às Cooperativas de Trabalho, mapeamento de iniciativas cooperativas, combate ao desemprego através do trabalho associado, combate à pobreza extrema através de formação, entre outras. Destaco aqui duas consequências dessas ações, interessantes para a análise: a forte presença da economia solidária na agricultura familiar e a ampla participação feminina nas iniciativas solidárias urbanas e em grupos informais.

A agricultura familiar é, segundo definição do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (2024), “a prática de atividades agrícolas realizadas em propriedades rurais onde a maior parte da mão de obra vem da própria família”. Este formato de produção agrícola teve início no século XIX.

[...] Após uma série de lutas entre senhores de terras e trabalhadores libertos, moradores agregados, intrusos ou posseiros que determinam por aceitar a trabalhar na piores terras e por fundar nas proximidades dos latifúndios ou distante deles, alguns cultivos de subsistência, casas de farinha, engenhocas e produção de aguardentes, isto ocorreu até que o sistema escravista começou a desagregar-se e, com ele, o monopólio latifundiário da terra. Podemos perceber assim que o que se verifica é que a pequena propriedade ou pequena produção foi se constituindo lentamente nos arredores do latifúndio ou até mesmo distante dele. (CUNHA e SAVOLDI, 2010)

A economia solidária está muito presente em empreendimentos de agricultura familiar, uma vez que as famílias, se separadas, são “esmagadas” pelos oligopólios, portanto, elas se unem para equilibrar as forças do mercado (COOPCENTTV, 2013).

De acordo com um levantamento realizado pelo SENAES em 2013 no território nacional brasileiro, entre os participantes de empreendimentos de economia solidária há um predomínio dos homens (56,4%) em relação às mulheres (43,6%)²⁸. Ainda assim, as mulheres compõem pouco menos que a metade entre os participantes, um número expressivo. Paul Singer (2013) - envolvido com a elaboração deste levantamento - relatou, inclusive, em entrevista para a TV Senado, que a economia solidária é predominantemente feminina no ambiente urbano, sendo a predominância masculina em empreendimentos rurais de economia solidária (COOPCENTTV, 2013). Além de que as mulheres são maioria (63,8%) entre os que compõem grupos informais - ainda que sejam minoria em cooperativas (31,9%), associações (46,6%) e sociedades mercantis (43,1%).

[...] as experiências empíricas do mundo do trabalho permitem supor que parte dessa realidade é explicada pela necessidade de muitas mulheres buscarem uma ocupação em tempo parcial que lhes permita complementação da renda familiar e que elas possam conciliar com outros afazeres que ainda são majoritariamente desempenhados pela população feminina, como os cuidados do lar e da família. Isso explica parte da razão de alto percentual de mulheres em empreendimentos informais, por exigirem dinâmicas administrativas mais simples e serem mais fáceis de serem desfeitos em caso de uma eventualidade. (SILVA, 2020, p.58)

As mulheres, sendo a base do sistema capitalista, buscam alternativas para sua sustentabilidade financeira e equilibrar a vida privada e a vida pública, onde visam se estabelecer como categoria política.

A economia solidária no Brasil desempenha um papel crucial na inclusão de populações marginalizadas e busca promover justiça social. As cooperativas femininas são exemplos disso e trazem afinidades dos participantes para além da questão mercadológica - o gênero. Para além da cooperativa, portanto, essas iniciativas podem gerar afinidades e até certas redes de apoio, porém o objetivo central da economia solidária não incentiva - nem desincentiva - esses vínculos. Podemos observar também que, ainda que na agricultura familiar a esfera pública se confunda com a esfera privada, sendo a família parte do labor e vice-versa, a prática de economia solidária, apesar de beneficiar as famílias, não promove comunidade entre elas, ou seja, é apenas uma necessidade mercadológica.

²⁸ No levantamento não houve a possibilidade para auto-afirmação de outros espectros de gênero.

6. CONCLUSÃO

A análise comparativa entre os formatos de economia solidária no Brasil e os *kibutzim* em Israel revela a complexidade e a diversidade das práticas de economia cooperativa em diferentes territorialidades. A teorização e as primeiras implementações de cada um dos formatos ocorreu em momentos diferentes da história mundial. O desenvolvimento inicial de economias alternativas, portanto, aconteceu em momentos muito diferentes da história mundial e da trajetória nacional: em Israel, estas foram uma resposta à exclusão social dos judeus da Europa, e se tornaram as raízes da criação do Estado; no Brasil, estas foram uma resposta à uma crise do próprio Estado, que gerou uma crise empregatícia e social a partir de uma dívida externa em 1981. A partir de uma análise qualitativa assincrônica, foram analisados aspectos que compõem as diferentes territorialidades que são determinantes para a implementação dos diferentes formatos de economias alternativas em Israel e no Brasil: as raízes estruturais de ambos os Estados, os impactos destas nos formatos cooperativistas que se dão em diferentes contextos e as motivações daqueles que constituíram as economias alternativas em cada local.

As raízes de cada um dos Estados, se deram a partir de preceitos bem diferentes. Pode-se identificar que ambos os territórios tinham um estigma de serem “vazios” no momento de sua “ocupação efetiva”, ainda que os ocupantes soubessem da existência das populações locais. Esta, porém, ocorreu no Brasil no início do estabelecimento do sistema capitalista mundialmente e na região da Palestina com o sistema capitalista mundial em seu auge, gerando crises políticas entre os dominantes do sistema. As terras que formaram o território brasileiro foram tomadas pelos colonizadores, já em Israel, as terras foram compradas para se iniciar a “ocupação efetiva”. O trabalho, nestas terras, foi fundamentado de maneiras muito diferentes, sendo a história do Brasil marcada pela escravidão indígena e africana, que desumanizava os escravizados, e Israel marcado pelo trabalho judaico livre e optado, que buscava superar a narrativa de desumanização antissemita e o subjulgamento de outros povos. É razoável supor que os judeus se identificavam profundamente com as terras para as quais trabalhavam, assim como os povos indígenas pré-cabralinos, mas diferente dos escravizados africanos - que tiveram que buscar identificação em terras brasileiras - e dos portugueses - que viam as terras brasileiras como um recurso a ser explorado. Quanto aos impactos das trajetórias nacionais, podemos identificar a marca intensa do escravismo na sociedade brasileira, principalmente quando se refere ao trabalho doméstico. Essa marca

reverbera na percepção de que o adentrar do trabalho na vida privada remete diretamente ao passado escravista. Reverbera também, porém, na tendência brasileira de superar condições adversas, assim como as revoltas dos escravizados. Podemos identificar, também, que o *kibutz* não se propõe a ser uma iniciativa inclusiva, mas sim comunitária para aqueles que têm o perfil. As motivações também se diferem, uma vez que, os judeus buscavam a prática ideológica na Palestina e, no Brasil, a economia solidária é praticada como possibilidade de inclusão social.

Pode-se concluir que a história de Israel sempre esteve embasada no vínculo comunitário. A própria história dos judeus na diáspora evidencia esse embasamento. Por isso, desde a elaboração teórica à implantação dos primeiros *kibutzim*, o desenvolvimento comunitário foi um elemento chave, sendo facilitado por outros elementos. O aporte financeiro de filantropos, a intelectualidade dos participantes e a identidade judaica, para além da afinidade ideológica, facilitaram o exercício de repensar a esfera privada e colocar novos preceitos em prática. Não todas as práticas foram benéficas, mas trouxeram uma possibilidade de experimentação social.

O Brasil, por sua vez, tem uma aversão ao entrelaçamento do labor com a esfera privada, pois remete à escravidão dos tempos coloniais. O passado escravista é algo do qual a sociedade brasileira tenta desesperadamente se desvencilhar. Os brasileiros, porém, têm um desejo ávido de superar adversidades, buscando alternativas para a superação. Ainda que com desafios, a economia solidária é uma alternativa possível, que não repensa toda a estrutura social e nem interfere na vida privada diretamente, mas beneficia milhões de brasileiros em prol de um trabalho mais justo.

Não há um formato melhor ou pior. Apenas diferentes e com pontos positivos e negativos em cada construção. A partir de tal comparação, é possível extrair experiências para a aplicabilidade do cooperativismo em outros lugares do mundo. Afinal, o mundo precisa de mais coletivismo, mais cooperativismo, mais comunidade, mais solidariedade.

Termino com a saudação usada pelos membros do Habonim Dror: *Ale Ve'Hagshem*²⁹!

²⁹ Transliteração de um termo em hebraico que significa “Suba e se realize!”.

7. REFERÊNCIAS

25 de julho: Dia Internacional da Agricultura Familiar. **Gov.br**, 25 ago. 2024. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Notícias. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/25-de-julho-dia-internacional-da-agricultura-familiar#:~:text=A%20agricultura%20familiar%20representa%20um,em%20contextos%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20modernizados.&text=No%20Brasil%2C%20a%20agricultura%20familiar,hortali%C3%A7as%20se%20destacam%20no%20setor>. Acesso em: 24 nov. 2024.

A Casa do Povo. Casa do Povo, Sobre, [s.d.]. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/sobre/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de *et al.* **A história da vida privada no Brasil**, Império: A corte e a modernidade nacional, v.2, p.5-78. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 1997. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4603472>. Acesso em: 23 nov. 2024.

ALENCASTRO Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7539897/mod_resource/content/1/ALENCASTRO%20Luiz%20Felipe%20de.%20O%20trato%20dos%20viventes.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod_resource/content/1/A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20humana-%20Hannah%20Arendt.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.

A vida judaica na Europa antes do Holocausto. **United States Holocaust Memorial Museum**. Enciclopédia do Holocausto, Os Judeus na Alemanha antes da Guerra, [s.d.]. Disponível em:

<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/jewish-life-in-europe-before-the-holocaust?series=58>. Acesso em: 20 nov. 2024.

AVINERI, Shlomo. **The Making of Modern Zionism**. Nova York: Basic Books, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8412135/mod_resource/content/0/Avineri%20Shlomo%20-%20The%20making%20of%20modern%20zionism_%20the%20intellectual%20origins%20of%20the%20Jewish%20state-Basic.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Proposta de Emenda Constitucional 478/2010. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 14 abr. 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=473496#:~:text=PEC%20478/2010%20Inteiro%20teor,Proposta%20de%20Emenda%20%C3%A0%20Constitui%C3%A7%C3%A3o&text=Revoga%20o%20par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico%20do,demais%20trabalhadores%20urbanos%20e%20rurais.&text=Direitos%20Sociais%2C%20isonomia%2C%20empregado%20dom%C3%A9stico,benef%C3%ADcio%20previdenci%C3%A1rio%2C%20acidente%20do%20trabalho>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRITTO, Vinícius; NERY, Carmen. Favelas e Comunidades Urbanas: IBGE muda denominação dos aglomerados subnormais. **Agência IBGE Notícias**, 08 de fev. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38962-favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais>. Acesso em: 19 nov. 2024.

CANALGOV. **Economia Solidária é alternativa para geração de emprego e renda**. Entrevistado: Paul Singer. Entrevistadora: Karla Wathier. NBR Entrevista, Youtube, 28 set. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ulzZP_4EQRk. Acesso em: 21 nov. 2024.

COLETIVO Nós, Madalenas. Documentário MUCAMAS, Youtube, 26 fev. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NB1CQU_i3Ek. Acesso em: 23 nov. 2024.

COMPLEXO do Alemão. **Dicionário das Favelas Marielle Franco**, Rio de Janeiro, 29 fev. 2024. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Complexo_do_Alem%C3%A3o. Acesso em: 19 nov. 2024.

CONGRESSO aprova lei que regulamenta a economia popular e solidária. **Gov.br**, 28 nov. 2024. Ministério do Trabalho e Emprego, Notícias e conteúdos. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Novembro/congresso-aprova-lei-que-regulamenta-a-economia-popular-e-solidaria>. Acesso em: 23 nov. 2024.

COOPERATIVA Empreendedoras Sin Fronteras. Casa do Povo. Povo da Casa, [s.d.]. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/cooperativa-empreendedoras-sin-fronteras/>. Acesso em: 19 nov. 2024.

COOPCENTTV. **Economia solidária com Paul Singer**. Entrevistado: Paul Singer. Entrevistadores: Helival Rios e Davi Emerich. TV Senado, Agenda Econômica, Youtube, 11 set. 2013. Disponível em: PARTE 1: <https://youtu.be/hSzc6PvRfM8?si=W-8n2mVXox2XbgHb>, PARTE 2: <https://youtu.be/bdUY1dDgwIs?si=EG5qR3AT4nWM54Vn>, PARTE 3: <https://youtu.be/37VciWnfQxU?si=O0bAsP6gYibC2wB1>.

COSTA, Bianca A. Lima; DE JESUS, Paulo. **A Economia Solidária no Brasil: Uma trajetória de conformação enquanto movimento social?**. São Paulo: Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo, v.2.2, 2017, p.241-264. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/7192/5813>. Acesso em: 18 nov. 2024.

COSTA, Silvania Santana; DA SILVA, José Adailton Barroso; FONTANA, Raphael Luiz Macêdo; RODRIGUES, Auro de Jesus. **Uma abordagem da agricultura sobre os modos de produção**. Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais Unit, v.2, n.2, out. 2014, p.231-242. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/1726>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CUNHA, Luiz Alexandre; SAVOLDI, Andréia. **Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de**

1970. Curitiba: Revista Geografar, v.5, n.1, p.25-45, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/download/17780/11607/0#:~:text=No%20Brasil%2C%20a%20agricultura%20familiar,e%20pol%C3%ADticas%20no%20espa%C3%A7o%20mundial>. Acesso em: 24 nov. 2024.

DOS SANTOS, Aline Mendonça; NASCIMENTO, Claudio. **Paul Singer: Democracia, economia e autogestão**. 1ª edição. Marília: Editora Lutas Anticapital, nov. 2018. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/santos_singer_ebook_paul_singer_democracia_e_autogestao_1_.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

E EU COM ISSO?. #70 **Vida de Kibutz**. Entrevistado: Asi Garbaz. Entrevistadoras: Amanda Hatzyrah, Ana Clara Buchmann e Anita Efraim. São Paulo: Instituto Brasil Israel, 17 jun. 2020. *Podcast*. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/0OCCn22TY44mZ6UQZPwAlQ?si=G_5Lv3aSORWIUufAYq8JfQ. Acesso em: 21 nov. 2024.

ENGELS, Frederick. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9ª edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/333537/mod_resource/content/0/ENGELS_A%20origem%20da%20familia.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.

ESCOLA da Cidade. **Luiz Felipe de Alencastro: Escravidão ontem e hoje**, Youtube, 16 fev. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rufk1qp1YUg>. Acesso em: 19 nov. 2024.

EU Empregada Doméstica. Instagram: @euempregadadomestica. Disponível em: <https://www.instagram.com/euempregadadomestica/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

FEIJÓ, Janaina. **Mães solo no mercado de trabalho crescem 1,7 milhão em dez anos**. Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia, 12 mai. 2023. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 23 nov. 2024.

FILHOS do Sol. Direção: Ran Tal. Produção: Amir Harel. Israel: Fortissimo Films e Maximum Film Distribution, 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=snVM57B2ads>. Acesso em: 19 nov. 2024.

FOGIEL-BIJAOU, Sylvie. Kibbutz. **Jewish Women's Archive**, 23 jun. 2021. The Shalvi/Hyman Encyclopedia of Jewish Women. Disponível em: <https://jwa.org/encyclopedia/article/kibbutz>. Acesso em: 18 nov. 2024.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 48ª edição. Recife: Global Editora, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8125205/mod_resource/content/1/G%20Freyre.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.

FUNDAÇÃO Rosa Luxemburgo - Brasil e Paraguai. **Paul Singer: Economia Solidária no Brasil**. Entrevistado: Paul Singer. Youtube, 10 set. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i7J7Pehpdlc>. Acesso em: 24 nov. 2024.

GAVRON, Daniel. **The Kibbutz: Awakening from Utopia**. Lanham, Maryland: Rowman and Littlefield Publishers, Inc, 2000, p.21-74. Disponível em: https://www.solidaridadobrerera.org/ateneo_nacho/libros/Daniel%20Gavron%20-%20The%20kibbutz.%20Awakening%20from%20utopia.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

GELBER, Yoav. **The Shaping of the “New Jew” in Eretz Israel**. Jerusalem: Yad Vashem, 1996, p.443-461. Disponível em: https://www.academia.edu/11745658/The_New_Jew_in_Palestine. Acesso em: 22 nov. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

GIOVANAZ, Daniel. A contribuição dos assentamentos rurais para uma região em conflito. **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**, 24 mar. 2017. Disponível em:

<https://mst.org.br/2017/03/24/a-contribuicao-dos-assentamentos-rurais-para-uma-regiao-em-conflito/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

HISTÓRIA. Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo. Cooperativismo. Disponível em: <https://www.sistemaocespp.coop.br/?a=pagina&c=2>. Acesso em: 19 nov. 2024.

Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários (INCOP). **Economia Solidária no Brasil: contexto histórico, avanços e obstáculos.** Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 24 mai. 2020. Disponível em: <https://incop.ufop.br/news/economia-solid%C3%A1ria-no-brasil-contexto-hist%C3%B3rico-avan%C3%A7os-e-obst%C3%A1culos>. Acesso em: 23 nov. 2024.

KIBUTZ Degania Alef. Disponível em: <https://degania.org.il/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

KIBUTZ Lotan. Disponível em: <https://kibbutzlotan.com/en/home-en/#:~:text=Kibbutz%20Lotan%20is%20an%20Eco,find%20out%20more%20about%20us>. Acesso em: 20 nov. 2024.

KRÄMER, Gudrun. **A History of Palestine: from the Ottoman conquest to the founding of the state of Israel.** Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2008.

KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda mútua: um fator de evolução.** São Sebastião: A Senhora Editora, 2009. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kropotkin/1902/mes/90.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

LEITE, Sérgio Pereira. **Assentamento Rural.** Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://mst.org.br/download/dicionario-da-educacao-do-campo/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MAN, Nadav. **Uma trabalhadora carregando pedras em um carrinho de mão,** 1937, Fotografia. Disponível em: <https://www.davar1.co.il/424063/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p.514-541. Disponível em: <https://elahp.com.br/download/marx-karl-o-capital-vol-i-boitempo/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

MATTEO, Maria; PENNA, Emilio. **On the Kibbutz**. Anarchist Magazine, n.182, nov. 1991/jan. 1992. Disponível em: https://www.arivista.org/index.php?nr=187&pag=187_15.html. Acesso em: 22 nov. 2024.

MENDES, Taylane. Hamburgueria Espaço Gourmet é o novo point gastronômico de casinhas, no Complexo do Alemão. **Voz das Comunidades**, Rio de Janeiro, 02 abr. 2024. Disponível em: <https://vozascomunidades.com.br/favelas/calor-leva-mais-movimento-para-sorveterias-nas-comunidades-do-rio/>. Acesso em: 19 nov. 2024.

MICHAELIS. Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MIRAGAYA, João Koatz. Coexistência, indiferença ou inimizade? Os pensadores sionistas e os árabes-palestinos. **Devarim**, Rio de Janeiro, set. 2019, nº10, p.19-25. Disponível em: https://issuu.com/devarim/docs/devarim_10. Acesso em: 22 nov. 2024.

MIRAGAYA, João Koatz. Los Nuevos Kibutzim Urbanos. **Nueva Sion**, Argentina, Set./Out. 2016. Edição #988, Abordajes, p.20. Disponível em: <https://nuevasion.org/wp-content/uploads/2018/09/55-1.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

NEAR, Henry. **The kibbutz movement: A History**, Origins and growth 1909-1939. Volume 1, 1ª edição online. Milton Keynes, Reino Unido: Lightning Source UK e La Vergne, Tennessee: Lightning Source US, 2007, p.1-57. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/The_Kibbutz_Movement_A_History_Origins_a/pG1vEAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=0. Acesso em: 18 nov. 2024.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 26ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/624927/mod_resource/content/1/Prado%20Historia%20Economica%20do%20Brasil.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

PRODUTOS de economia solidária são distribuídos no G20. **Gov.br**, 03 abr. 2024. Ministério do Trabalho e Emprego, Notícias e conteúdos. Disponíveis em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Abril/produtos-de-economia-solidaria-sao-distribuidos-no-g20#:~:text=Conforme%20os%20dados%20do%20Cadastro,1.425.158%20trabalhadores%20e%20trabalhadoras>. Acesso em: 18 nov. 2024.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993). Disponível em: [https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf). Acesso em: 11 de jan. 2025.

SANTANA, Eliel Queres. **Desumanização e Resistência: Um olhar histórico sobre o campo de extermínio de Auschwitz a partir do testemunho de sobreviventes**. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2022. Disponível em: https://www.encontro2022.rj.anpuh.org/resources/anais/13/anpuh-rj-erh2022/1658110615_A_RQUIVO_1530552bef21da035c084c09fd4e8ae1.pdf. Acesso em: 22 nov. 2024.

SCLIAR, Moacyr. **Entre o shtetl e o gulag: vozes do judaísmo russo**. Moacyr Scliar Site Oficial. Disponível em: <https://www.moacyrscliar.com/textos/entre-o-shtetl-e-o-gulag-vozes-judaismo-russo/f>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SHAPIRA, Anita. **Israel: A History**. Lebanon, New Hampshire: Brandeis University Press, 2012.

SILVA, Sandro Pereira. **Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Capítulo 2, p.45-82, 2020. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11518/1/Dimensoes_socioestruturais_dos_e_mpreendimentos_cap02.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

SILVA, Sandro Pereira. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília e Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD_2361.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

SINGER, Paul. **Aprender Economia**. 9ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/927261/mod_resource/content/0/SINGER%2C%20Paul%20-%20Aprender%20Economia.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

SINGER, Paul. **Dez anos de Secretaria Nacional De Economia Solidária (SENAES)**, v.56, p.89-93. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, fev. 2014. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_econ02_dez_anos.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante: Repensando o Socialismo**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1998.

SISTEMA Nacional de Informações de Economia Solidária - SIES - disponibiliza nova base de dados. Brasília: **Secretaria Nacional de Economia Solidária - Ministério do Trabalho do Emprego**, Boletim Informativo - Edição Especial, ano.V, 2013. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/acontece_senaes_2013_-_n34_ed_especial.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

TERRA: Vida Rural. **Embaixada de Israel no Brasil**, Sobre Israel, Terra, [s.d.]. Disponível em:

<https://embassies.gov.il/brasil/AboutIsrael/Land/Pages/TERRA-Vida-rural.aspx#:~:text=O%20kibutz%20%C3%A9%20uma%20unidade,popula%C3%A7%C3%A3o%20vive%20em%20267%20kibutzim>. Acesso em: 18 nov. 2024.

THE Palestine Poster Project Archives. **Together We Stand For Work, Freedom and Peace**, Circa 1930, Cartaz. Disponível em:

<https://www.palestineposterproject.org/posters/together-we-stand-work-freedom-and-peace>.

Acesso em: 23 nov. 2024.

8. GLOSSÁRIO

Ale Ve’Hagshem: Transliteração de um termo em hebraico que significa “Suba e se realize!”.

Aliá: Transliteração de uma palavra em hebraico que significa “ascensão”. Se refere ao ato de judeus migrarem para Israel.

Chalutz: Transliteração de uma palavra em hebraico que significa “pioneiro”. Arquétipo de imigrante judeu que se estabeleceu na região da Palestina no início da “ocupação efetiva”.

Chalutzianismo: Ideologia que prega o pioneirismo, ou seja, atitudes de vanguarda guiadas por convicções ideológicas.

Dror: Transliteração de uma palavra em hebraico que significa “andorinha”, mas como nome do movimento representa uma metáfora para “liberdade”.

Degania Alef: Nome do primeiro *kibutz*. “Degania” é a transliteração de uma palavra em Hebraico que significa “grão”. “Alef” é o nome da primeira letra do alfabeto hebraico e está no nome do primeiro *kibutz* porque, depois, outros *kibutzim* com o nome Degania foram fundados e receberam as seguintes letras do alfabeto hebraico no nome.

Habonim Dror: Nome do movimento juvenil judaico que costuma ser traduzido para o português como “Construtores da Liberdade”.

Kibutz: Unidades social e economicamente autossuficientes, em que as decisões são tomadas por seus membros e cujos bens e meios de produção são de propriedade coletiva.

Kibutzianismo: Ideologia que prega a vida *kibutziana*, ou seja, em *kibutzim*.

Kibutzim: Plural da palavra *kibutz*.

Kibutznikim: Moradores de *kibutzim*.

Kvutzá: Transliteração de uma palavra em hebraico que significa “grupo”. A palavra *kvutzá* é a raiz da palavra *kibutz* na etimologia do idioma hebraico.

Messias: Transliteração de uma palavra em hebraico que significa “ungido”. No judaísmo, o Messias é uma figura salvadora e libertadora que anunciará e liderará o mundo vindouro.

Pogrom: Ataques violentos contra judeus. Geralmente eram localizados em bairros e vilarejos de maioria judaica.

Shtetl: Transliteração de uma palavra em ídiche que significa “cidadezinha” e se refere a povoações ou bairros de cidades com uma população predominantemente judaica, principalmente na Europa Oriental. A sensação de comunidade que pairava sobre esses lugares está muito bem relatada por Moacyr Scliar no texto “Entre o shtetl e o gulag: vozes do judaísmo russo”.

Sionismo: Nacionalismo judaico. O deriva de "Sião", uma colina em Jerusalém que é mencionada várias vezes na Bíblia, especialmente no Antigo Testamento, como um lugar sagrado e, em um sentido mais amplo, a terra prometida para os judeus.

Sionismo-Socialista: Corrente do Sionismo que combina o objetivo de estabelecer um Estado judeu em Israel com princípios e práticas socialistas.